



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**CAMPUS CHAPECÓ**

**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**THAIS ANGELA STELLA**

**A EDUCAÇÃO DE BASE ATRAVÉS DAS AULAS RADIOFÔNICAS DO MEB: A  
INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA E OS REFLEXOS DA DITADURA CIVIL  
MILITAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ (1960-1987)**

**CHAPECÓ**

**2018**

**THAIS ANGELA STELLA**

**A EDUCAÇÃO DE BASE ATRAVÉS DAS AULAS RADIOFÔNICAS DO MEB: A  
INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA E OS REFLEXOS DA DITADURA CIVIL  
MILITAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO (1960-1987)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado  
como requisito para obtenção de grau de Licenciada em  
História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador. Prof. Me. Everton Bandeira Martins

**CHAPECÓ  
2018**

**PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas**

Stella, Thais Angela

A educação de base através das aulas radiofônicas do  
MEB: A influência da Igreja Católica e os reflexos da  
Ditadura Civil Militar na Educação do Campo (1960-1987) /  
Thais Angela Stella. -- 2018.  
70 f.:il.

Orientador: Everton Bandeira Martins.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História  
Licenciatura , Chapecó, SC, 2018.

1. Educação. 2. Rádio. 3. Ditadura Militar. 4. Igreja  
Católica. 5. Paraná. I. Martins, Everton Bandeira,  
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.  
Título.

**THAIS ANGELA STELLA**

**A EDUCAÇÃO DE BASE ATRAVÉS DAS AULAS RADIOFÔNICAS DO MEB: A  
INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA E OS REFLEXOS DA DITADURA CIVIL  
MILITAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO (1960-1987)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em História da Universidade Federal da Fronteira sul.

Orientador: Prof. Me. Everton Bandeira Martins

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Everton Bandeira Martins - UFFS

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jorge da Cunha Dutra - IFC

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Me. Vanessa dos Santos Moura – FURG

Dedico este trabalho à minha mãe, Silvana, pelo incentivo e apoio, tornando possível a sua realização.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família por toda dedicação, incentivo e paciência contribuindo diretamente em meu processo de formação para que fosse possível um caminho com poucas dificuldades e muito apoio.

Agradeço aos professores do curso que sempre estiveram dispostos em contribuir e auxiliar nestes anos de minha formação, em especial meu professor e orientador Everton Bandeira Martins. Agradeço também a minha instituição por ter me proporcionado um ensino público e gratuito, além dos projetos os quais participei fortalecendo meu vínculo com a UFFS e aperfeiçoando minha formação acadêmica.

Agradeço em especial, a todos que contribuíram para a construção deste trabalho, sendo eles, a professora das aulas radiofônicas, Setembrina Zucchi Nunes que me recebeu em sua residência; o Núcleo Regional de Educação de Pato Branco; a Escola Estadual Carmela Bortot; o Frei Policarpo Berri, frade franciscano da Paróquia São Pedro de Pato Branco - PR; a professora Ana Paula Bet que além de atuar na secretaria da Escola Estadual Carmela Bortot, onde me auxiliou para o recolhimento das fontes deste trabalho, foi também minha primeira professora de ensino primário, sendo a responsável pela minha alfabetização.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente em minha formação, sendo amigos e familiares, além das meninas do Grupo de Estudos *Bakhtinianas*, as quais me incentivaram e contribuíram com seus conhecimentos e suas experiências na Educação e na vida, durante os encontros.

A todos vocês, Obrigada!

[...] se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa. (FREIRE, 1979).

## **RESUMO**

O Trabalho de Conclusão de Curso baseia-se no estudo sobre a educação de base por meio da escola radiofônica no Estado do Paraná, no período que corresponde de 1960 a 1987. Será analisado o uso do rádio como ferramenta de ensino para compreender o desenvolvimento de projetos de alfabetização de jovens e adultos no meio rural, tendo em vista que as aulas radiofônicas eram destinadas para população do campo. Também será analisada a influência da Igreja Católica na educação de base que foi ofertada pelo meio de comunicação mais utilizado no período, o rádio. Além disso, compreender quais eram as intenções da Igreja Católica em contribuir com estas aulas e entender se essas intenções sofreram influências da Ditadura Civil Militar (1964 - 1985).

Palavras-chave: Educação. Rádio. Ditadura Civil Militar. Paraná. Igreja Católica.

## **ABSTRACT**

This research is based on the study of basic education through the radio school in the state of Paraná, corresponding to the period of 1960 to 1987. The use of radio as a teaching resource will be analyzed to understand the development of projects for youth and adult's literacy in rural areas, considering that the radio lessons were intended for the camp/city population. Also, it will be analyzed the Catholic Church's influence in the basic education, which was offered in the most used mean of communication in the period, the radio. In addition, it is also an objective to understand what were the intentions of the Catholic Church in contributing to these classes and understand whether these intentions have suffered influences of Civil-military dictatorship (1964 – 1985).

Keywords: Education. Radio. Civil-military dictatorship. Paraná. Catholic Church.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>2. O RÁDIO COMO FERRAMENTA DE ENSINO</b>	
2.1. O ensino na História do Brasil.....	15
2.2. O rádio na História.....	17
2.3. O rádio como instrumento pedagógico .....	18
2.4. Movimento de Educação de Base (MEB) e sua expansão.....	20
2.5. As primeiras aulas radiofônicas no Estado do Paraná.....	23
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>3. RELAÇÃO ENTRE A IGREJA CATÓLICA E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE</b>	
3.1. Contexto Histórico da Igreja Católica no Brasil e seus posicionamentos.....	31
3.2. A metodologia utilizada pelo MEB: Análise da cartilha “Viver é Lutar” de 1963.....	35
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>4. AS AULAS RADIOFÔNICAS EM PATO BRANCO E MEB APÓS 1964</b>	
4.1. Aulas radiofônicas no município de Pato Branco.....	42
4.2. As censuras enfrentadas pelo MEB após o golpe de 64.....	50
4.3. Análise da cartilha <i>Mutirão</i> de 1965.....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo realizado trata sobre a educação de base por meio da escola radiofônica no estado do Paraná, no período que corresponde de 1960 a 1987. O problema da pesquisa é a analisar e compreender a influência da igreja católica e os reflexos da Ditadura Civil Militar na educação do campo no Paraná. Neste período a principal ferramenta de comunicação era o rádio, o qual funcionou como método de ensino por décadas. Neste estudo será analisada a influência deste modelo de ensino para a educação de base de populações do meio rural do estado do Paraná. Além de, pensar na relação da Igreja Católica e da política vigente na época com a educação de base que foi ofertada pelo meio de comunicação mais utilizada no período, o rádio.

De acordo com Callai & Moraes (2016), há um conhecimento prévio que o pesquisador já possui a respeito dos problemas a serem investigados. No entanto esse conhecimento prévio funciona apenas com dados que auxiliarão a pesquisa e não como um fator determinante ou complexo para análise final. Neste sentido, com base em um conhecimento prévio e afinidade com a área da Educação, obtida através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)<sup>1</sup>, houve o interesse em elaborar uma pesquisa na área.

Para definir o tema da pesquisa, foi realizada uma busca em alguns materiais referente município de Pato Branco - PR com o intuito de encontrar algo relacionado a educação e que despertasse atenção. O interesse em optar inicialmente por este município, ocorre devido a proximidade com o local. Durante esta busca, encontrou-se em um livro<sup>2</sup> de cinquenta anos de uma rádio do município, a descrição das aulas radiofônicas transmitidas no município na década de 60, 70 e 80. Neste livro, é apresentado o objetivo das aulas como alfabetizar e catequizar a população, também informava que a Igreja Católica era quem coordenava este trabalho. Tendo em vista, que este período corresponde a Ditadura Civil Militar no Brasil (1964 - 1985), surgiu a curiosidade de entender o objetivo de utilizar o rádio como instrumento de ensino e qual era a intenção da Igreja Católica em fornecer as aulas radiofônicas neste período.

---

<sup>1</sup>O PIBID é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas. Disponível em <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>

<sup>2</sup>MIOTTO, Cirene Vanzella. **Radio Celinauta 50 anos**. Ondas que unem o Sudoeste do Paraná. Pato Branco: Imprepel, 2004.

Deste modo, criou-se a problematização norteadora deste trabalho e a necessidade em buscar as fontes históricas e o referencial teórico para sustentar a pesquisa. Ao iniciar essa busca, percebeu-se que o município de Pato Branco como único local de pesquisa, não seria suficiente devido às dificuldades encontradas para acessar as fontes. Desta forma, houve a necessidade em expandir a pesquisa para o Estado do Paraná, percebendo que assim seria possível, optou-se pela continuidade desta pesquisa. No entanto, o foco continuou sendo o município de Pato Branco.

O período de 1969 a 1974 corresponde ao governo de Presidente Emílio Médici. Período em que de acordo com Ferreira & Bittar (2008), a educação era voltada para preparar mão de obra para atender ao desenvolvimento econômico e à competição internacional. Com a implantação da Ditadura Civil Militar no Brasil em 1964, havia uma pretensão por parte dos militares em fazer uma reforma no sistema de educação. O que fez com que se efetivasse a Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de Primeiro e Segundo grau, 5.692/71. No entanto, de acordo com Fávero (2004), na década de 1950 entre o analfabetismo e o nível de desenvolvimento econômico, passaram a apontar o analfabetismo como a extensão predominante do atraso de regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, a realidade de muitos brasileiros correspondia à exclusão de grande parte da população, a qual permaneceu fora do sistema escolar. Os motivos eram as faltas de vagas nas escolas e também o modo seletivo como funcionava o sistema educacional, devido ao poder aquisitivo da população que não conseguia manter os filhos nas escolas. Esta situação acabou atingindo a população diretamente, porque havia a dificuldade ao acesso à educação formal ao mesmo tempo em que era necessária uma qualificação para entrar no mercado de trabalho.

Deste modo, será discutida e analisada no primeiro capítulo a forma de inserção educacional no estado do Paraná através das aulas radiofônicas de 1960 até 1987, as quais faziam parte de um programa educativo orientado pelo Movimento de Educação de Base (MEB). O MEB foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)<sup>3</sup> em 1961. De acordo com Rodrigues, Schveeidt e Ferreira (2012), o movimento tinha apoio do Governo Federal por meio de um convênio assinado com a Igreja Católica, o que permitia a liberação de recursos para o desenvolvimento das atividades. Seu objetivo era desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

[...] período como a “Campanha Nacional de Alfabetização de Adolescentes e Adultos e Campanha Nacional de Educação Rural; radiofusão educativa realizadas pela Igreja Católica na América Latina; sistema rádio educativo

---

<sup>3</sup> Instituição que congrega os Bispos da Igreja católica no País. Disponível em: <http://cnbb.net.br/>

nacional, organizado em 1957, pelo Ministério da Educação e Cultura,” entre outras experiências favoreceram a criação do MEB no Brasil. (FARIAS, 2013. p. 3).

De acordo com Farias (2013), o MEB:

[...] tinha como objetivo a formação integral do homem, para sua promoção, entendendo como educação um processo global não se limitando apenas à instrução, mas formando “na ação, ajudando o homem a promover-se.” (MEB, 1979, p.4). Juntamente com outros movimentos sociais do cenário brasileiro no final da década de 1950 e começo dos anos de 1960 estava associado não apenas à educação, mas também a cultura popular, pois se aliou a outros movimentos sociais e culturais. (p.2).

Neste sentido, trata-se de um movimento de alfabetização que procurava incentivar a cultura popular. O movimento assumiu uma posição de liderança, participando das comissões estaduais e nacionais de organização e coordenação das atividades de cultura e educação popular.

De acordo com Freire (1979), o educador precisa conhecer os resultados de uma sociedade em transição, a qual afeta a consciência do povo e através disso, ter percepção das mudanças e provocar perguntas e a cultura será a base de sustentação, por onde os valores da sociedade são apropriados e onde entra em xeque a radicalização da consciência das pessoas. No entanto, de acordo com Fávero (1983), os movimentos de cultura popular não apresentam visão homogêneas sobre cultura popular e conscientização. Ela tem caráter humanista cristão e católico.

Para Freire (1979), a cultura popular está dentro do âmbito da cultura geral, como uma parte dela e é a através da cultura popular que pessoas mais simples podem deixar o comodismo e assumir uma postura transitiva e crítica sobre o mundo.

Com base em uma pesquisa bibliográfica e documental fundamentadas respectivamente por Freire (1979), Fávero (2004), Saviani (2005) e Karnal & Tatsch (2012), Lima & Carvalho (2012), foi possível elaborar as referências de base para a proposta do tema abordado. Além disso, as análises são construídas também com base em fotografias disponíveis pelo site<sup>4</sup> da Rádio Educativa do Paraná de Curitiba. As fotografias analisadas apresentam o estúdio da Rádio Educativa do Paraná em Curitiba, possibilitando compreender a organização do local em que as primeiras aulas radiofônicas foram produzidas no estado, as quais não estavam vinculadas ao MEB.

Também há uma fotografia do rádio que era utilizado para a transmissão das aulas no

---

<sup>4</sup>Disponível em: /www.e-parana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=87

município de Pato Branco, estas já vinculadas ao MEB. Essa fotografia foi registrada por conta própria na Rádio Celinauta de Pato Branco, onde foi apresentado o rádio físico. No entanto, de acordo com Lima & Carvalho (2012), o historiador não pode determinar métodos de análise a partir das especificidades de uma única fotografia mas sim, relacionar com outras. Além disso, apenas fontes fotográficas não bastam, são necessárias fontes documentais para se construir uma problemática histórica, a qual deve guiar a abordagem das fontes.

Deste modo, além da fotografia do rádio, também há sustentação através de pesquisa documental de arquivos históricos referentes aos 50 anos da rádio Celinauta e por documentos disponibilizados por uma das protagonistas das aulas radiofônicas, uma professora a qual atuou no município de Pato Branco. Além dos documentos citados também ocorre à análise do livro *Escolas Radiofônicas para Educação Popular*, o qual é uma das fontes para a pesquisa, tendo em vista que seu autor é o professor João Ribas da Costa, chefe do Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA).

O processo para recolhimento das fontes iniciou-se em uma Igreja Católica no município de Pato Branco - PR. A informação recebida foi a de que o responsável em arquivar materiais daquele período, seria um frei que havia adoecido e sem condições de diálogo, o qual faleceu meses depois.

Neste caso, foram indicadas duas pessoas que teriam sido professoras das aulas radiofônicas e que poderiam ter algum tipo de material do período. Ao encontrar uma delas, ela informou não lembrar se teria guardado algo daquele período, além das lembranças. Então, ela ficou de procurar em seus documentos pessoais, se teria algo relacionado as aulas radiofônicas e mais tarde entrou em contato informando não ter encontrado algo a respeito. Em seguida, ao encontrar a segunda professora indicada, a mesma informou ter recebido cartas de alunos mas que não havia guardado alguma. Mais tarde recordou ter o Histórico das aulas e também uma poesia daquele período produzida por ela. Então, ela marcou um encontro para mostrar estes documentos, ela os transcreveu para uma folha disponibilizando a mesma para pesquisa. Estes foram os primeiros documentos e o primeiro contato com fonte para início da pesquisa referente as aulas radiofônicas. Por fim, o livro de João Ribas Costa (1958), foi adquirido através de uma compra *online*.

No decorrer desta pesquisa, ocorreu também o contato com novas fontes. Neste caso, tratam-se de edições de um Jornal disponível na Biblioteca Nacional Digital<sup>5</sup>, as quais correspondem ao período pesquisado e referem-se às aulas radiofônicas. Trata-se do *Jornal Diário do Paraná: Orgão dos Diários dos Associados*.

<sup>5</sup><http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Portanto, para uma pesquisa de acordo com Machado (2017), “o recorte espacial de um pesquisador deve estar alinhado ao problema a ser investigado e não circunscrito a priori”. (p. 299). Neste caso, o recorte espacial não deve ser definido antes de identificar a problematização da pesquisa porque a escolha do local a ser pesquisado dependerá das perguntas as quais se deseja responder.

Para compreender a relação da Igreja Católica com o ensino no Brasil será feita uma contextualização sobre a História da Educação. Desta forma, de acordo com Sá & Coelho (2013), durante a colonização do Brasil o principal instrumento de dominação foi o ensino, o qual era baseado pelo sistema disciplinar com fundamentos de uma estrutura pedagógica rígida. Havia o interesse em tornar o homem apto para o convívio social, ou seja, inserir nele as características europeias. As práticas pedagógicas existem desde a antiguidade, quando a modalidade de ensino deu origem a universidade. Conforme mencionado pelos autores, a origem da universidade muitas vezes é confundida com a história da Igreja Católica, devido ao fato do ensino superior ter relação inicialmente com a transmissão da teologia. Isso ocorreu porque desde 1225 até 1896, a instituição universitária esteve sob domínio do cristianismo.

Portanto, a história da educação no Brasil herdou características da colonização portuguesa e do projeto desenvolvido pela Companhia de Jesus. A proposta pedagógica dos jesuítas influenciou muito além do período de colonização do Brasil. Tendo em vista que, seu projeto de ensino expandiu-se do século XVI até o século XVIII. De acordo com Sá & Coelho (2013), a Igreja Católica manteve sua influência na educação brasileira após a presença dos jesuítas por um longo período.

É possível perceber isso em um período que apesar de estar distante, sofreu influência da Igreja mais uma vez. Neste caso, durante a Ditadura Civil Militar no Brasil (1964 - 1985), de acordo com Saviani (2008), o modelo de ensino neste período influenciou as práticas pedagógicas que entrariam em vigência mais tarde. Percebe-se isso ao observar os modelos de ensino após a Ditadura Civil Militar, presentes ainda hoje nas escolas, conforme destaca Saviani:

(...) configurou-se, a partir daí, a orientação que estou chamando de concepção produtivista de educação. Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos”. (2008, p. 297).

Desta forma, o período pesquisado neste trabalho (1960 - 1987) , engloba a Ditadura

Civil Militar no Brasil e de acordo com Pereira (2006), neste período houve reformas educacionais marcadas pelo objetivo de estabelecer vínculo entre educação e trabalho. A ideia era formar “capital humano” que atendesse a mão de obra necessária, assim como foi destacado por Saviani (2008) como “concepção produtivista de educação”. Neste sentido, conforme Cruz & Fonseca (2009), a população do campo não possuía acesso à educação e como o rádio continuava sendo o principal meio de comunicação para a população rural até a década de 80, o ensino radiofônico foi o meio pelo qual garantiu-se o acesso à educação e ao mesmo tempo capacitou esta população para o mercado de trabalho.

De acordo com Silva et al. (2014), o Brasil ocupava na década de 60, o sexto lugar entre os países com maior índice de analfabetos, cerca de 70% da população se encontrava nesta situação. Desta forma, as escolas radiofônicas surgem para atender a esta necessidade. A Igreja Católica entra neste contexto por intermédio do CNBB, fornecendo para o governo a Sede de Emissoras Católicas para que nelas fosse instalado o MEB. Neste sentido, será discutido e analisado no segundo capítulo a intenção da Igreja Católica em manter relação com o MEB. Tendo em vista que isso ocorre na década de 60, o que antecede ao período que corresponde à Ditadura Civil Militar no Brasil. Sendo assim, pretende-se compreender também se a intenção da Igreja Católica permaneceu a mesma ou sofreu modificações após Ditadura Civil Militar.

Durante a construção do primeiro capítulo, em certo momento houve o contato com uma nova fonte, a qual possibilitou novos questionamentos relacionados aos objetivos do MEB e da Igreja Católica em oferecer essas aulas. A fonte corresponde ao *Jornal Diário do Paraná: Órgão dos Diários dos Associados*, edições de 1955 a 1983, as quais apresentam o que era o MEB, além disso, também informa sobre as cartilhas deste movimento que foram censuradas durante a Ditadura Civil Militar, também apresenta opiniões de envolvidos com o movimento, os quais o defendem e também críticas de indivíduos contrários aos ideais do MEB. Ainda neste jornal, também é mencionado o nome da Rádio Celinauta de Pato Branco e informações sobre as aulas que seriam transmitidas neste município e sua ligação com a Igreja Católica da região.

Desta forma, no decorrer do segundo capítulo, pretende-se compreender os interesses da Igreja Católica em ceder suas emissoras para o Movimento de Educação de Base (MEB). Com base nisso, entender os interesses do MEB como modelo de ensino radiofônico antes e durante a Ditadura Militar no Brasil. Além disso, busca-se compreender no terceiro capítulo como se desenvolveu o ensino radiofônico no estado do Paraná, com ênfase no município de Pato Branco.

## **CAPÍTULO I**

## **2. O RÁDIO COMO FERRAMENTA DE ENSINO**

Neste capítulo será discutido sobre a educação para população do campo através das aulas radiofônicas, as quais faziam parte de um programa educativo orientado pelo Movimento de Educação de Base (MEB). Busca-se compreender o que era o MEB e como ele surgiu. Percebe-se que a origem do MEB está relacionada com a Igreja Católica, desta forma, procura-se entender como a História da educação no Brasil esteve relacionada com a Igreja.

### **2.1. O ensino na História do Brasil.**

Neste primeiro momento, será discutido sobre o ensino e seus objetivos na história do Brasil, e qual era a relação entre a Igreja Católica e o processo educacional desde o período da colonização do Brasil, percebendo deste modo, quais foram as heranças deixadas por este processo.

Para analisar a influência da Igreja Católica no processo educacional será utilizado como base Sá & Coelho (2013), o qual investiga a influência da Companhia de Jesus para as primeiras instituições de ensino superior no Brasil. Com isso, discute como o reflexo deste período influenciou no contexto das reformas pelas quais a educação passou principalmente na Europa no século XVI. Com base nisso, será analisada a influência da Igreja Católica para o ensino como principal instrumento de dominação influenciando para um modelo de ensino que visava à disciplina, ocasionando uma estrutura pedagógica rígida que permaneceu e ainda permanece em muitos locais de ensino.

Após uma análise sobre o funcionamento das escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base, será possível refletir sobre os avanços e as limitações na utilização do rádio para o processo de educação no campo, que possuía a alfabetização e catequização incluídas no cronograma de ensino na década de 1960 até 1987.

Discute-se a educação naquele momento histórico e seus antecedentes, com base em uma bibliografia especializada com autoras e autores como Callai, Moraes e Saviani. De acordo com Callai & Moraes (2016), para uma pesquisa em educação é necessário ter como referência critérios estabelecidos com rigor científico, para que seja possível fornecer credibilidade aos dados produzidos e à reflexão realizada durante e após a pesquisa.

Deste modo, no que se refere a História da Educação de acordo com Saviani (2005), a

história das instituições brasileiras podem ser divididas em seis períodos. O primeiro período corresponde a 1549 até 1759, em que os colégios jesuítas mantinham destaque. O segundo período seria de 1759 até 1827, com as “Aulas Régias” implantadas pela reforma pombalina, na tentativa de criar uma escola pública e estadual com base nos ideais iluministas. Como terceiro período, o autor destaca o ano de 1827 até 1890, o qual se refere nas primeiras tentativas de colocar o poder público que era representado pelo poder imperial e das províncias, como responsável pela educação. O próximo período condiz com o ano de 1890 até 1931, correspondendo a criação das escolas primárias em forma de grupos escolares, seguindo ideais do iluminismo republicano. O quinto período corresponde a 1931 até 1961, para o autor, este período refere-se a regulamentação em nível nacional das instituições de ensino superiores, secundárias e primárias, onde se incorpora as ideias pedagógicas de renovação no ensino. O sexto e último período, seria o do ano de 1961 e que se estendeu no decorrer dos anos seguintes, até hoje. Este refere-se a regulamentação da educação nacional da rede pública unificando o setor municipal, estadual e federal, e também a rede privada, as quais receberam influências da concepção de escola produtivista.

De acordo com Pereira (2006), o Estado durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985), procurava atender ao capitalismo, ou seja, ao interesse das classes mais altas que eram as que mais favoreciam o sistema. Desta forma, o Estado atuou na escolarização direcionando a mesma para a tentativa de desenvolver uma mão de obra qualificada que era necessária para o momento, devido ao processo de industrialização que estava em avanço no país naquele período.

O debate teórico e metodológico na História, suas relações e a importância para a pesquisa da área educacional são trabalhados por Saviani (2015), o qual apresenta significativas discussões acerca da educação, auxiliando pesquisadores da área educacional e historiadores interessados nesta questão.

A compreensão sobre períodos diferentes da história da educação, auxilia no planejamento de novos meios de ensino. Saviani (2015), apresenta um debate sobre vários temas, todos mantendo em comum a referência à história da educação. Com base nele, é possível um auxílio aos professores de história da educação e também professores de outras áreas, que através do conhecimento histórico contribui na programação das disciplinas presentes nos currículos escolares da educação básica e da educação superior.

Ao realizar uma pesquisa referente a História da Educação ou então, relacionada a mesma, possibilita-se que seus resultados contribuam no ensino e também na formação docente, conforme menciona Callai & Moraes (2016):

A pesquisa se constitui em princípio orientador da ação educativa, tanto em sua dimensão educativa propriamente dita quanto em sua dimensão de modelo didático “investigativo” para formação (dos alunos e dos professores). (p. 23).

Portanto, a conclusão a ser chegada com uma pesquisa sobre a educação será um resultado historicamente construído. Com base nisso, é possível afirmar que não existe uma verdade absoluta ou então, apenas um caminho para chegar aos resultados desejados. Existe a necessidade de trabalhar com um conjunto de análises já produzidas, articulando reflexões coerentes entre elas. Sendo assim, o referencial teórico é a base para que ocorra a análise das fontes a serem trabalhadas durante a pesquisa.

Conforme mencionado, compreender períodos diferentes da história da educação contribui para o planejamento de novos meios de ensino. Neste sentido, diante desta contextualização referente ao Ensino na história do Brasil e sua importância histórica, foi possível perceber que o ensino possuiu diversos mecanismos para atender as demandas do governo, sendo a principal delas qualificar a população para atender ao capital. No entanto, conforme será discutido em outro momento desta pesquisa, a população do campo estava afastada desse processo, sendo que grande parte dessa população era analfabeta. Neste sentido, será analisada a forma de inserção dessa população no processo de ensino, o qual ocorreu através do rádio. No entanto, o rádio sempre foi um meio de comunicação utilizado para diversos tipos de programações, conforme será analisado a seguir.

## **2.2. O rádio na História**

Neste espaço, será feita uma contextualização do uso do rádio como meio de comunicação. Desta forma, será analisado como o rádio foi utilizado em seus primeiros anos de funcionamento e quando ocorreu a associação como rádio com a educação.

De acordo com Souza & Souza (2007), durante os primeiros anos do uso do rádio, apenas a população com melhores condições financeiras, conseguiam adquirir o aparelho. Neste caso, refere-se ao período que corresponde ao início do século XIX.

No decorrer do desenvolvimento do rádio, as técnicas de transmissão e recepção foram aos poucos se aperfeiçoando, sendo que em 1916 de acordo com Souza & Souza (2007), ocorre a primeira estação de rádio em Nova York. A programação desta primeira estação, estava associada a programas de conferências, músicas e radiojornalismo. Os autores destacam alguns acontecimentos históricos que contaram com o apoio do rádio para sua

divulgação, entre eles a Revolução Bolchevista, na Rússia em 1917. Na França e Inglaterra, esta ferramenta passou a ser utilizadas para divulgação de notícias a partir do ano de 1922.

No Brasil a primeira instalação de uma emissora de rádio ocorre em 1923, de acordo com Souza & Souza (2007), com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A programação ainda era de forma amadora mas foi a primeira a atuar com regularidade aprovada pelo governo federal.

De acordo com Souza & Souza (2007), as emissões de rádio no Brasil nos anos seguintes, sofreram fortes influências políticas. O primeiro momento foi durante o Estado Novo, em 1937 com o governo de Getúlio Vargas e depois com a Ditadura Civil Militar em 1964. Foram momento de repressão e censura, principalmente após 1964. Não apenas o rádio foi controlado, mas todo e qualquer tipo de veículo informativo, conforme os autores, jornais e até mesmo a televisão, a qual ainda não era acessível a todos. Apesar de ser controlado e vedado qualquer tipo de manifestação contra o Estado, o governo encontrou nisso, uma possibilidade para difundir mensagens de seu interesse através da manipulação.

Souza & Souza(2007), apresentam o contexto em que o rádio estava inserido não apenas no Brasil, mas no mundo. Inicialmente os autores destacam que durante a Segunda Guerra Mundial, conforme os autores, o rádio foi utilizado como meio informativo, para difundir a propaganda nazista a favor de Adolf Hitler.

Portanto, percebe-se que além de servir como meio informativo, o rádio também foi utilizado para a articulação de ideias a respeito do governo através de repressões contra a as emissoras de rádio.. No entanto, entre uma Ditadura e outra, o rádio ganhou força e se difundiu também como instrumento de ensino, conforme será analisado a seguir.

### **2.3. O rádio como instrumento pedagógico**

Conforme visto anteriormente, o rádio adquiriu diversas funções no decorrer da história, sendo uma delas a de manipulação da população. No entanto, além dessas funções o rádio passou a ser utilizado mais tarde como instrumento pedagógico, conforme será analisado neste espaço. Além de compreender que o rádio foi utilizado como ferramenta de ensino, se faz necessário entender como isso ocorreu no decorrer da história da educação no Brasil, tendo em vista que o país foi marcado por Ditaduras e momentos de instabilidade social e econômica.

O rádio se popularizou como meio de comunicação de massa no Brasil, no início da década de 1920 de acordo com Mancuso (2012). Sua função estava ligada a transmissão de

informações tanto educativas quanto culturais. Desde o seu início no país, já surgiam as primeiras tentativas em aproximar o rádio ao processo de ensino-aprendizagem. De acordo com o autor, a primeira tentativa foi do antropólogo e professor Edgar Roquete Pinto, o qual tentou trabalhar com o rádio na tentativa de romper o ensino tradicional que predominava desde o século XVIII, oferecendo um saber sistematizado com o intuito de acabar com o analfabetismo brasileiro, através da popularidade que ele possuía na rádio naquele período.

No entanto, conforme Mancuso (2012), sua tentativa falhou e o rádio seguiu sendo um meio voltado para a articulação do comércio. No ano de 1930, é destinado ao Ministério da Educação um espaço em uma emissora de rádio sem interferência política do Estado. Mais uma vez a tentativa falhou, a prioridade voltou-se para os interesses privados e comerciais.

Para Kenski (2010), o rádio foi a primeira experiência de Educação a Distância no Brasil. No ano de 1923, a Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro já transmitia programas educativos, como de literatura e línguas. Em 1939 de acordo com a autoria, foi criado o Instituto Rádio Monitor, com a intenção de utilizar para fins educativos. A autora menciona então, o Movimento de Educação de Base (MEB) que também foi um meio pelo qual se proporcionou o processo de ensino através do rádio. No entanto, Kenski (2010) destaca que nas últimas décadas o ensino a distância através do rádio, esteve voltando para projetos, quase sempre governamentais.

No ano de 1935, durante o governo de Getúlio Vargas é criado pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, o programa "Hora do Brasil", que de acordo com Mancuso (2012), o interesse era apresentar as realizações do governo e divulgar a cultura popular brasileira. No entanto, após 1937 com o início do Estado Novo (1937 - 1945), é instituído o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Deste modo, conforme Mancuso (2012), a função do rádio se torna a divulgação das atividades desenvolvidas pelo Estado, uma forma de propaganda do governo de Getúlio Vargas. Havia uma repressão imposta pelo DIP, o qual teve como preocupação a construção do nacionalismo, dificultando qualquer possibilidade de constatações ou ideias que prejudicasse o governo de Getúlio Vargas.

Inicialmente, o Ministério da Educação era o responsável pela coordenação e divulgação da programação das emissoras conforme Mancuso (2012), o representante do Ministério era Gustavo Capanema, o qual defendia o projeto cultural e educativo com visão nacionalismo, buscando uma mobilização cívica. Neste sentido, as programações de rádio passam a estar relacionadas à prática educacional.

Após 1946, com o final da Ditadura Vargasista, de acordo com Mancuso (2012), quem assume a Presidência da República é Eurico Gaspar Dutra (1946 - 1951), o qual acaba

extinguindo o programa "A Hora do Brasil". No entanto, mais tarde acaba atendendo aos setores políticos partidárias e restabelecendo o programa que passou a se chamar "Voz do Brasil".

Neste período correspondente a Ditadura Civil Militar (1964-1985), foi criado o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que de acordo com Mancuso (2012), era o responsável pela repressão e fixação de horários na programação do rádio. Houve então a criação do Projeto Minerva, em que era obrigatória a transmissão de programas educativo por cinco horas semanais em todas as emissoras comerciais.

No entanto, apesar da Ditadura Vargas impor um processo educativo através do rádio com intuito em promover o nacionalismo e promover seu governo, conforme Mancuso (2012), nas décadas seguintes, a programação do rádio passa aos poucos a atender outras ideias. Neste caso, inclui-se o MEB, em que nas décadas de 1950 e 1960 iniciou seu trabalho, com o objetivo de resgatar as propostas de Roquete-Pinto. A intenção do MEB centraliza-se em alfabetizar a população do campo no Norte e Nordeste, baseado na proposta de trabalho de Paulo Freire. Assume-se a concepção de que o ato de alfabetizar deve estar além de trabalhar fonemas e conteúdos relacionados à Língua Portuguesa, o processo de ensino aprendizagem deve estar relacionado com a realidade nos alunos, através da relação entre o professor e o aluno. No entanto, conforme será discutido mais adiante no segundo capítulo, apesar de estar baseada em Paulo Freire, a proposta do MEB acaba recebendo críticas do próprio Paulo Freire.

Apesar de estar com uma nova proposta de ensino, o rádio novamente acaba sendo censurado. Isso ocorre devido ao Golpe Civil Militar de 1964, que mais uma vez coloca o País diante de uma Ditadura. Conforme Mancuso (2012), em alguns locais o trabalho do MEB acaba sendo suspenso devido a repressão, porém o rádio não deixou de ser utilizado como ferramenta de ensino, conforme será discutido posteriormente. Para compreender quais eram os objetivos do MEB e a quem o movimento estava vinculado, será realizada uma análise a seguir.

#### **2.4. Movimento de Educação de Base (MEB) e sua expansão**

Através do artigo *MEB-Movimento de educação de base, primeiros tempos 1961-1966* de Osmar Fávero, será feita uma reflexão sobre o ensino por meio de aulas radiofônicas. Tendo em vista, que o MEB surgiu inicialmente com o objetivo de oferecer a educação básica para as populações de áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, por

meio de programas radiofônicos e em alguns anos depois, espalhou-se para as demais regiões atingindo o Estado que é foco dessa pesquisa, o Paraná.

De acordo com Alves (2016), a articulação para a criação do MEB surge através de alguns bispos e profissionais ligados a população rural e aos projetos educacionais de base que eram desenvolvidos anteriormente. Isso incluía a forte presença de católicos ligados à Ação Católica Brasileira (ACB)<sup>6</sup>, uma organização de influência na construção das propostas pedagógicas do MEB e que tinha como intenção nos anos finais da década de 50, transformar a Igreja numa instituição mais atuante na vida social através de uma aproximação da militância católica em novos espaços de atuação.

Conforme Fávero (2004), as dificuldades enfrentadas pelas famílias do campo, dificultavam e até impediam o mínimo de conhecimentos, hábitos e atitudes que poderiam possibilitar uma estabilidade social e econômica nessas famílias. Neste sentido, a educação de base seria fundamental para que as necessidades dessa população recebesse uma solução. Para que isso ocorresse era necessário a colaboração entre instituições capazes de promover o acesso à essa educação de base. Desta forma surge vínculo entre a Igreja Católica e o MEB. A Igreja através de iniciativas de desenvolvimento comunitário e com apoio de vários bispos que atuavam como executores de convênios entre as dioceses, passa a prosperar a ideia das emissoras rurais.

Os objetivos iniciais do MEB de acordo com Fávero (2004), era promover nas áreas de afastamento urbano, um programa intensivo de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola e de promoção social. Além disso, buscava-se por parte de cada escola radiofônica, a organização da comunidade de modo que, preparava para as reformas de base, como a da estrutura agrária do País. Outro objetivo do MEB, era preparar essa população das regiões subdesenvolvidas e ajudar-se e defender-se de ideologias incompatíveis com espírito cristão. Neste sentido, percebe-se que o interesse do MEB era oferecer para a população do campo a educação de base ao mesmo tempo em que levava consigo a necessidade de promoção do cristianismo.

As escolas radiofônicas, conforme Fávero (2004), eram constituídas por uma equipe local em conjunto com uma emissora, que geralmente era de propriedade da Igreja Católica do local. Essa equipe estava sob responsabilidade do Bispo Diocesano, sendo responsável pelo apoio administrativo e treinamento dos monitores que dariam suporte ao funcionamento das aulas. Os monitores desenvolviam trabalho voluntário, contribuindo para a instalação da

<sup>6</sup>Associação civil católica criada em 1935 em resposta às solicitações do papa Pio XI para que fossem fundadas associações leigas vinculadas à Igreja com a finalidade de difundir as ideias cristãs católicas. Disponível em:[http://www.pucsp.br/cedic/fundos/acao\\_catolica\\_brasileira.html](http://www.pucsp.br/cedic/fundos/acao_catolica_brasileira.html)

escola e matrícula dos alunos, além do controle de frequência, aplicação de provas, envio de relatórios mensais referente ao andamento das aulas. O único requisito para atuar como monitor era ser alfabetizado e demonstrar capacidade em liderança.

De acordo com Fávero (2004) as escolas radiofônicas funcionavam em escolas isoladas do meio urbano, em casos que não houvesse uma estrutura escolar, poderiam ser utilizadas salas paroquiais, sede de fazendas, barracões construídos para esse fim e, sobretudo nas casas dos próprios monitores. O MEB ficava responsável em fornecer o quadro de giz, cartilhas a serem utilizadas como material didático, lampião, querosene, e o rádio a ser utilizado. A maioria das emissões era realizada no início da noite, mas isso não interferia no horário em que cada emissora de rádio retransmitia as aulas, que era de acordo com o horário mais adequado para a população de sua região de abrangência. Para Fávero (2004), a preocupação do MEB não era apenas em ensinar a população a ler e a escrever, mas sim concretizar essa educação recebida em ações diversas dentro da comunidade em que estavam inseridos, como saneamento básico, vacinação, registro civil, entre outros.

Percebe-se que o MEB não foi responsável apenas em atuar a favor de uma população analfabeta, mas sim, atuou a favor de todos os envolvidos no movimento. Com o MEB ocorre a interação entre monitores, alunos e professores, os quais tiveram suas carreiras marcadas pelo processo ao qual participaram. Conforme mencionado anteriormente e de acordo com Argôlo & Menezes (2011), os materiais utilizados nas aulas radiofônicas era um “livro do aluno”, scripts para os professores e uma guia para os orientadores (monitores). Esse modelo expandiu-se para as demais regiões, tornando-se padrão. Havia uma metodologia a ser seguida para as aulas radiofônicas, em que se iniciava sempre com uma espécie de catequização, conforme mencionado por Miotto (2004, p. 85) e em seguida, eram ministrados os demais conteúdos.

Outro ponto destacado por Fávero (2004), é que o MEB não foi o único movimento da década de 60 relacionado a educação e cultura popular no Brasil, surgiram também:

[...] MCP - Movimento de Cultura Popular (Recife/PE), Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (Natal/RN), CPC – Centro Popular de Cultura, criado pela UNE – União Nacional dos Estudantes, CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba, e Sistema Paulo Freire, cujas primeiras experiências de alfabetização e conscientização de adultos foram realizadas no MCP e sistematizadas no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife; viabilizaram a experiência de Angicos, que projetou Paulo Freire em plano nacional, para a realização do PNA – Programa Nacional de Alfabetização, objetivando alfabetizar cinco milhões de pessoas. (p. 6).

Os movimentos citados acima, para Fávero (2004), são responsáveis pelo avanço das campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos. Apesar de terem sido propostas diferentes, atuaram em favor das classes populares, urbanas e rurais, orientando uma ação educativa para a ação política. No entanto, o surgimento do MEB trás consigo um diferencial, a mobilização da Igreja Católica em direção às classes populares.

Conforme, Cruz & Fonseca (2009) o rádio era o meio de comunicação mais importante para os brasileiros durante a década de 1960. Conforme Barbosa (2014), isso se deve ao papel da Ditadura Civil Militar de 1964, que possuía relação direta com as emissoras. De acordo com Barbosa (2014), esse modo de governar contribuiu para que a mídia obtivesse a primazia por mais de duas décadas como o principal veículo de comunicação de massas, tendo como base a pressão, coação e manipulação.

Desta forma, conforme Silva et al. (2014), os movimentos de educação popular causavam a desconfiança das classes dominantes, pois despertava o interesse da população nos assuntos políticos do país. Sendo assim, um método de alfabetização que discutia temas relacionados a conscientização do trabalhador rural, não era aceito pela Ditadura Civil Militar. No decorrer do segundo capítulo será analisado como o MEB reagiu diante das repressões.

No que se refere ao próximo tópico, será feito uma análise sobre o surgimento das primeiras aulas radiofônicas no estado do Paraná, tendo em vista que as mesmas ainda não estavam vinculadas ao MEB.

## **2.5. As primeiras aulas radiofônicas no Estado do Paraná**

As aulas radiofônicas no país, conforme descrito anteriormente iniciaram após a criação do MEB no Rio Grande do Norte. Conforme Fávero (2004), este movimento espalhou-se para as demais regiões do país devido a sua eficácia na alfabetização de adultos e crianças moradores de zonas rurais, onde o acesso a educação era precário. Desta forma, as aulas radiofônicas foram expandidas, alcançando o estado foco desta pesquisa, o Paraná. No entanto, pouco antes da criação do MEB e desse processo de alfabetização, o estado já havia iniciado algumas aulas radiofônicas isoladas transmitidas pela Rádio do Colégio Estadual do Paraná diretamente da capital, Curitiba.

A Rádio Educativa do Paraná, antiga Rádio do Colégio Estadual do Paraná foi instalada durante a comemoração do centenário da emancipação política do Estado do Paraná em 1953, conforme dados obtidos com a história da rádio disponível em seu site<sup>7</sup>. O

---

<sup>7</sup>Disponível em: <http://www.e-parana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=87>

governador da época era Bento Munhoz da Rocha Neto, o qual entendia haver uma necessidade na região de uma rádio que tratasse especificamente de temas culturais e didáticos. Desta forma faziam parte de sua programação, aulas radiofônicas de inglês, alemão e italiano. Essas aulas ainda não faziam parte do Movimento de Educação de Base (MEB), o qual iniciou apenas na década seguinte. Deste modo, esta foi a primeira Rádio Educativa no Estado e sob responsabilidade do Diretor Aluizio Finzetto, antigo locutor da rádio. A instalação dos estúdios da rádio educativa foi concluída em 1955 e em setembro ocorreu a primeira transmissão em Curitiba, enviadas diretamente da sede inicial que era o Colégio Estadual do Paraná. Além de transmitir aulas através do sistema radiofônico, o Colégio Estadual do Paraná também mantinha seu ensino presencial.

Abaixo serão apresentadas duas fotografias que se referem a antiga Rádio do Colégio Estadual do Paraná.

**Fotografia 1: Instalações da Rádio Emissora do Colégio Estadual do Paraná**



Foto de 22 de outubro de 1953, disponibilizada pelo acervo da Rádio Educativa do Paraná.

De acordo com Lima & Carvalho (2012), o uso de fotografias como fonte histórica possibilita reflexões no campo da História em vários segmentos, por exemplo, a fotografia como práticas de significação, como artefatos, como obra de arte, entre outros. No entanto, para que a investigação proposta pelo historiador tenha uma determinada solução é necessário ampliar as fontes históricas de modo geral, para arquivos documentais.

Para o historiador que mobiliza fontes fotográficas na sua investigação sobre a sociedade, as análises raramente se restringem a uma única imagem. Trabalha-se em geral, com séries documentais, pois só por meio da recorrência é possível aferir o alcance de determinadas soluções formais e temáticas socialmente adotadas. (p. 45).

Portanto, não bastam apenas as fontes fotográficas, através da problemática histórica o pesquisador deverá compreender como será a abordagem das fontes. Para encontrar documentos que contribuam para a pesquisa, se faz necessário compreender o que é um

documento.

De acordo com Karnal & Tatsh (2012), para entender isso é preciso pensar a qual fato histórico o documento está relacionado. Para os autores, não existe um fato histórico eterno, mas sim um fato que pode ser considerado histórico hoje. Desta forma, cada documento demonstra a visão atual de um passado, entrando em um diálogo entre visão contemporânea as fontes passadas. Portanto, para que a pesquisa adquira ainda mais sustentação em sua base, foi possível entrar em contato via -email com a sede do Movimento de Educação de Base (MEB), a qual está localizada em Natal no Rio Grande do Norte, com sede também em Brasília e Rio de Janeiro. O objetivo deste contato era verificar a possibilidade de ainda haver registros da origem deste modelo de ensino em arquivo. No entanto, não houve retorno por motivo desconhecido.

No que se refere aos documentos analisados para esta pesquisa, entre eles, está o arquivo disponibilizado por uma das professoras, que corresponde a um *Histórico* das aulas radiofônicas. Nele são apresentadas algumas informações cronológicas do processo das aulas radiofônicas. Um detalhe o qual trás uma indagação é de que o SIRENA não é mencionado no histórico ao mesmo tempo em que é mencionado o “CRENA”, descrito pela professora como “Sistema de organização do Rádio” com sede no Rio de Janeiro o qual tinha como chefe João Ribas da Costa, autor do livro já mencionado. Com base nestas informações é possível entender como uma pequena confusão na sigla do sistema referido.

Além do Histórico, também foi disponibilizada pela professora uma poesia composta por ela nos anos finais das aulas radiofônicas (década de 80). A poesia apresenta em seus versos os conteúdos que eram ministrados através das aulas radiofônicas, abaixo segue a transcrição da poesia.

**Nossos Mestres**

Tenho feito  
muitos cursos

Para  
aumentar minha  
instrução,

Mas curso  
igual a este

Nem aqui  
nem no Japão

Muitas  
coisas aprendemos

Também  
conhecemos  
a família  
Motta

Foi uma  
brincadeira  
interessante

Mais parece  
uma anedota

O Cônego  
Geraldo

Inteligente e traquinas

Foi nosso professor

Vindo lá de Minas

Dr. Paulo Sommer,

Agrônomo bem preparado

Instruiu-nos sobre a lavoura

Inclusive a usar o arado

Dona Maria Angela

Bondosa e Capaz

Deu-nos ensinamentos

Até por meio de cartaz

O irmão Timóteo

Jovem capacitado

Ensinou-nos a cantar

Por um método encantado!

Dona Osminda Pereira

Técnica em arte culinária

Sabe preparar bons pratos

E também combater a malária

Professores Leonor e Isolde

Peritas em Didática

Com elas aprendemos

Como dar linguagem e matemática

Maria, Terezinha, e Humberto

Mestres que foram bem recebidos

Nos deram conhecimentos

Sobre os recém nascidos

Aos mestres queridos

Deste curso de treinamento

Dos alunos participantes

Os sinceros agradecimentos

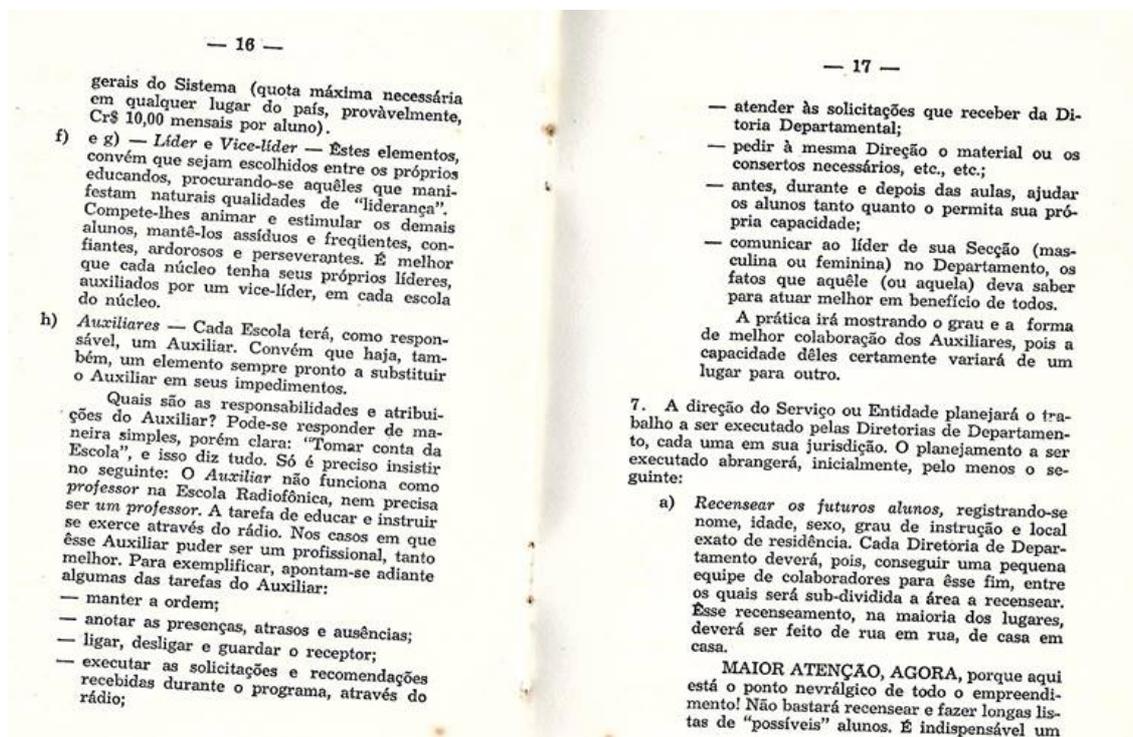
Através da poesia, a professora procura agradecer os responsáveis em ministrar cursos para ela e demais professoras que atuavam nas aulas radiofônicas. O conteúdo ministrado nos cursos era o mesmo a ser transmitido através das aulas. Neste caso, percebe-se o ensino de atividades voltadas a culinária, a lavoura, a arte, aos cuidados básicos da saúde além das linguagens (português e matemática).

No que se refere ao livro de Costa (1958), o qual possui vinte e quatro páginas em um tamanho de 7cm X 5cm, apresenta algumas marcas ocasionadas pelo tempo, em decorrer

disso possui uma cor amarelada como consequência de seu envelhecimento. O ano em que foi produzido é 1958, dois anos antes do modelo de ensino radiofônico chegar no Paraná. De acordo com Fávero (2004), o modelo de ensino radiofônico estendeu-se para as demais regiões a partir de 1960 e conforme Miotto (2004) foi neste ano que o Paraná passou a integrar o ensino radiofônico nas escolas do interior.

Costa (1958), trata de uma forma mais ampla e geral sobre a organização dessas aulas no país e quem irá ministrar. Apresentando desta forma, os motivos que levaram a ocorrência das aulas radiofônicas em território nacional. Deixa claro que a ideia daquele período era elaborar e disseminar cursos básicos da cultura popular através do rádio, para que o processo educativo não fosse apenas o de alfabetização mas sim de elevar progressivamente o nível cultural da população com benefícios que seriam reflexos posteriormente na sociedade. O livro também estabelece a área dos profissionais que estariam atuando no sistema radiofônico, entre eles está o de auxiliar, uma espécie de monitor que ficaria responsável pelas turmas presencialmente. Para exercer o cargo de auxiliar não era necessário uma formação na área da educação e uma outra pessoa poderia fazer a substituição, ocupando o lugar de auxiliar sempre que necessário, conforme descrito na imagem da fonte abaixo, na letra “h”.

**Figura 1: Os objetivos das aulas radiofônicas descritos por João Ribas Costa**



Fonte: COSTA, João R. Escolas Radiofônicas para Educação Popular: Por que, onde, por quem, quando e como devem ser organizadas no Brasil. Rio de Janeiro: SIRENA, 1958. p. 16-17.

As aulas eram transmitidas dos estúdios e captadas através de receptores instalados em salas de aulas da rede escolar e paróquias da região. O aparelho de rádio possuía um valor de compra alto, fazendo com que muitas escolas não o possuíssem, pois os recursos do MEB para atender a essas escolas ainda era escasso. Com isso, foi autorizado as escolas a financiarem o aparelho de rádio, desta forma, as escolas pagariam mensalmente com auxílio dos alunos. Cada aluno teria uma mensalidade em um valor baixo a fim de, custear o aparelho. No que se refere a esta cobrança, será possível avançar para uma discussão sobre a ideia do ensino público e gratuito ao mesmo tempo em que o aluno contribui financeiramente.

Ainda de acordo com Costa (1958), o aparelho de rádio custava Cr\$ 2 300.00<sup>8</sup>. No entanto havia o caso de escolas não possuírem poder aquisitivo de compra, em alguns casos recebiam o aparelho como doação da igreja católica, como foi o caso do município de Pato Branco, descrito por Miotto (2004). Nos casos em que isso não ocorria, é sugerido por Costa (1958) que cada escola solicite uma mensalidade de Cr\$ 10.00 por aluno, e desta forma uma escola com quinze alunos arrecada Cr\$ 150.00 a cada mês e em dezesseis meses teria o valor de Cr\$ 2 400.00, o suficiente para adquirir o aparelho.

**Fotografia 2: Aparelho de rádio utilizado para a transmissão das aulas na frequência de 1520kHz**



Fonte: disponibilizado para foto pela Rádio Celinauta.

No que se refere ao fato da escola ter o direito de cobrar valores dos alunos a fim de, quitar o investimento do material didático que neste caso era o aparelho de rádio, é possível fazer uma análise sobre o ensino público e gratuito. De acordo com Santos, Prestes e Vale (2006), os primeiros passos para o ensino público e gratuito se deu com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, o qual idealizava a reconstrução educacional do Brasil.

---

<sup>8</sup>No período que corresponde ao ano de 1958, o salário mínimo vigente era de Cr\$ 3.800,00. Informação disponível em: <<http://www.fontacontabilidade.com.br/capa.asp?inoid=1336>>.

No entanto, Flach (2011), ressalta que parte das propostas previstas no Manifesto dos Pioneiros foram contempladas com a Reforma do Ensino Primário em 1946, entre eles a gratuidade no ensino primário. Porém, havia a possibilidade da organização de caixas escolares através da contribuição das famílias dos alunos.

Percebe-se então, que esta ideia de contribuição familiar para a escola seguiu como modelo para os anos seguintes. Mais tarde, com a Lei 4.024/61, de acordo com Novaes (2010) regulava-se a concessão de bolsas para aplicação de recursos no desenvolvimento do sistema público, assim como a iniciativa privada através auxílios financeiros. Ao analisar este contexto, Flach (2011), afirma que apesar de já estar assegurado por lei o ensino público e gratuito desde 1946, não havia mecanismos formais para fiscalizar o cumprimento dos dispositivos legais, tanto por parte da população quanto do poder público. Ainda de acordo com Flach (2011), mesmo com a Constituição de 1988 vigente ainda hoje, apesar de estarem explícitos no texto constitucional os princípios de obrigatoriedade e gratuidade no ensino, este compromisso não tem efetividade na prática política educacional atual. Portanto, compreende-se que o ensino sempre enfrentou barreiras ao longo da história para se efetivar por completo como gratuito e obrigatório, até mesmo quando procurou atender a população do campo para dar acesso à educação para todos.

No capítulo a seguir será discutido sobre a História da Educação no Brasil e como a Igreja Católica contribuiu nesse processo, além de aprofundar sobre as origens e interesses do MEB com a educação de base no campo.

## CAPÍTULO II

### 3. RELAÇÃO ENTRE A IGREJA CATÓLICA E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Neste segundo capítulo buscam-se compreender quais eram os interesses da Igreja Católica em ceder suas emissoras para o Movimento de Educação de Base (MEB). Desta forma, entender quais eram os objetivos iniciais do MEB e como o movimento se desenvolveu nos anos que antecedem a Ditadura Civil Militar no Brasil. Além disso, será feita uma análise do material didático utilizado pelo MEB a fim de, compreender quais eram seus interesses com a educação de base no campo.

#### 3.1. Contexto Histórico da Igreja Católica no Brasil e seus posicionamentos

De acordo com Rodrigues (2008), durante os anos de 1920 até 1960 houve transformações no modo como a Igreja Católica se posicionou em relação ao seu compromisso com a sociedade. Deste modo, passou a existir a necessidade de atender às exigências do mundo moderno, o qual passava por alterações na estrutura familiar, mudanças no segmento industrial, a expansão da classe operária e o contexto das guerras mundiais. Para Rodrigues (2008), durante a década de 30, a Igreja Católica no Brasil passa por um momento de transição lento em que se busca o reconhecimento da Igreja Católica como religião oficial pelo Estado, em troca de seu apoio para o poder político. Desta forma, para que o Estado garantisse seus direitos, a Igreja passa a ofertar a educação a nível superior para as elites. Sendo assim, é criado no decorrer da década de 1930 e 1940 alguns estabelecimentos de ensino como, o Instituto Católico de Estudos Superiores (1933), Confederação Católica Brasileira de Educação e a Universidade Católica (1942). Em 1932 foi criada também a LEC (Liga Eleitoral Católica) para pressionar o Estado além da Ação Católica (AC) e os Círculos Operários, com objetivo em fortalecer sua influência no meio social, conforme Lustosa (1977, p. 68-69) *apud* Rodrigues (2008, p. 31):

A LEC era um organismo eclesiástico suprapartidário. Tinha como objetivos: 1º - instruir, congregar, alistar o eleitorado católico; 2º - assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação por parte dos mesmos candidatos, dos princípios sociais católicos e o compromisso de defendê-los na Assembléia

Constituinte.

[...] a maioria dos deputados eleitos girava na órbita da LEC... A atuação direta da Igreja, através de um mecanismo de pressão como a LEC, a vitória esmagadora que ela conseguiu, as possíveis repercussões do "voto dirigido" dos católicos, tudo isso assustou o governo, os políticos e os coronéis.

Desta forma, percebe-se que de acordo com Rodrigues (2008), a Igreja passa a ser reconhecida oficialmente, preenchendo funções que eram dever do Estado. Um exemplo foi o setor trabalhista que através dos Círculos Operários, representavam a ala direita da Igreja.

Conforme Rodrigues (2008), a Igreja passa a prestar serviço para o Estado com a educação para a elite, diante disso o movimento liberal lança uma bandeira pela luta da escola pública, laica e gratuita. Em 1932 é lançado *O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, cobrando que o Estado fosse responsável pela educação básica. Em 1933, em oposição, a Igreja cria a Confederação Católica de Educação (CCE) para defender seus interesses, de reconhecer os sindicatos e as associações, garantindo a autonomia destes e também inserir o ensino religioso nas escolas públicas de ensino primário, secundário e profissional. Em 1934 através da constituição, a Igreja tem seus objetivos alcançados e isso acaba reconciliando Igreja e Estado.

De acordo com Rodrigues (2008), ocorrem mudanças no posicionamento da Igreja com o segundo pós-guerra. Com as consequências da Segunda Guerra Mundial, surgem alguns questionamentos e a Igreja passa a perceber a situação precária em que o povo se encontrava.

O segundo pós-guerra, colocou para a Igreja Católica, graves e novos problemas, que possibilitaram o questionamento sobre o significado religioso do homem e deste no mundo, e levou a Igreja a ver a necessidade de superação da miséria e do empobrecimento do povo. (p. 34).

Para Cavalcante (2009) o segundo pós guerra favoreceu o crescimento econômico, no entanto, também menciona o fato da população rural ter sido marginalizada.

[...] o governo do Brasil adotou política de crescimento econômico, responsabilizando-se por produção e comércio, estimulando produtores de açúcar a aumentar o plantio da cana e a produção de açúcar para exportação. A medida arruinou o trabalhador rural, expulso das terras dos engenhos, assalariado, explorado pelos usineiros (p.18).

Foi neste contexto, que de acordo com Rodrigues (2008, p.61), formam-se grupos católicos para promover a aproximação das camadas populares, tanto urbanas quanto rurais. Esse movimento inicia-se na Europa influenciando mais tarde membros da Igreja no Brasil. A

partir de 1930 devido a industrialização, a estrutura rural aos poucos se transforma em estrutura urbana, favorecendo de acordo com Rodrigues (2008) para o aumento da pobreza.

Através disso a Igreja percebe a necessidade de atuar no meio rural. Ocorre uma divisão dentro da Igreja entre aqueles que segundo a autora, eram “ala esquerda”<sup>9</sup> e aqueles que eram contrários<sup>10</sup> a luta pela desigualdade, defendendo a propriedade privada e criticando a “ala esquerda” que passou a ser associada ao comunismo. Enquanto isso, de acordo com Rodrigues (2008, p. 61) o povo “[...] começou a contar com o apoio de outros agentes sociais que tomaram iniciativas em seu favor, fora do âmbito religioso”. Através desses agentes sociais, surge a figura de Francisco Julião, a Liga Camponesa e o sindicalismo rural, que de acordo com Rodrigues (2008), a Igreja tentava ridicularizar esses movimentos para desfavorece-los, mas percebendo que o único modo para não perder forças era através da mobilização e organização do trabalhador rural, a mesma passa dedicar parte de seu trabalho para o campo.

A partir de 1950 a Igreja passa a intensificar a busca por seguidores no meio rural, conforme já mencionado, os posicionamentos da Igreja eram contrários aos movimentos das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que de acordo com Cavalcante (2009), o imaginário cristão da Igreja opõe-se ao imaginário revolucionário desses movimentos, para a Igreja esses movimentos eram radicais e incitavam a revolta, ocasionando conflitos. A principal preocupação, era que o comunismo não influenciasse os jovens do campo assim como havia influenciado o operariado urbano. Desta forma, a Igreja tomou como ação prioritária a ação social no campo, ainda que numa linha reformista, orientando a criação de sindicatos e a formação de lideranças.

Na década de 1960 a Igreja Católica no Brasil passa por um processo de renovação, em que seu trabalho deixa de ser voltado totalmente para a elite e torna-se favorável aos pobres marginalizados, com interesse em se fazer presente diante dos problemas enfrentados pela sociedade naquele momento. Desta forma de acordo com Rodrigues (2008):

[...] passou a atuar na questão agrária, na educação, na formação crítica dos trabalhadores rurais que não tiveram acesso à escolarização, na sindicalização, entre outras ações, aproximando-se cada vez mais do povo oprimido, passando a ser depositárias das angústias e esperanças deste povo. (p.63).

---

<sup>9</sup>De acordo com Rodrigues (2008), eram padres e bispos com forte influência da CNBB e mitos eram colaboradores da Juventude Universitária Católica (JUC).

<sup>10</sup>Correspondia de acordo com Rodrigues (2008), a “ala direita”, a qual era mais conservadora e nela estavam inseridos bispos e cardeais fundadores e apoiadores da TFP, os quais se posicionavam contrários aos novos propósitos da Ação Católica Brasileira, de modernizar os objetivos da Igreja Católica.

De acordo com Cavalcante (2009), a Igreja preocupava-se em não tumultuar através dos sindicatos, ou seja, não agir conforme os comunistas que promoviam a agitação no campo, para a Igreja isso era uma forma de causar rebeliões e o correto seria apenas agir de forma pacífica pela defesa da reforma agrária.

No discurso cristão, o sindicato não devia ser fundado para tumultuar o campo, invadir terras, exigir reforma agrária sob violência. O sindicato dos católicos representava a promoção do homem rural, não a agitação no campo (p. 24).

De acordo com Rodrigues (2008), a defesa pela Reforma Agrária era um dos princípios da Igreja Católica a fim de, garantir a propriedade e a sobrevivência da população rural marginalizada. Os posicionamentos da Igreja Católica vão ao encontro dos interesses de Juscelino Kubitschek que eram de acordo com Rodrigues (2008, p. 67).

[...] marcados pela ideologia do desenvolvimentismo e vendo na educação uma das formas de resolver os problemas do subdesenvolvimento -, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o governo estabeleceu uma aliança com a Igreja Católica, com vistas a acelerar a industrialização do país e o desenvolvimento cultural e científico do povo, especialmente nas regiões subdesenvolvidas. Inicialmente a cooperação existente entre a Igreja e o Governo, buscava soluções para o desenvolvimento do Nordeste, atendendo especialmente ao homem do campo para prepará-lo para assumir seu papel no processo de desenvolvimento do país, apontando para uma atuação que favorecia o controle e a manipulação das massas com vistas a manutenção do sistema social e político vigente.

Portanto, é possível perceber que na década de 1950 até 1960, a Igreja Católica e o Estado mantiveram uma relação própria sustentada pelas relações entre a sociedade civil. A Igreja não era submissa ao Estado, mas eram estabelecidos entre ambas as partes, ideias políticas que fortaleceram suas ações. De acordo com Cavalcante (2009), os sindicatos foram legalizados através das aulas radiofônicas. Enquanto a população ouvinte acompanhava através do rádio a programação desenvolvida pela Igreja Católica, a qual falava sobre a importância de um sindicalismo rural, principalmente durante as aulas radiofônicas e os encontros organizados através dela, começaram a entrar em funcionamento os primeiros sindicatos rurais.

De acordo com Cavalcante (2009), a educação sindical era considerada uma técnica básica contra a esquerda comunista. A Igreja entendia que movimentos da esquerda realizavam discursos com ideias marxistas e que quando esses discursos chegavam à zona rural, os camponeses os compreendiam como um dom divino e como meio de libertação do

latifúndio, sentindo-se transformadores da situação. No entanto, para a Igreja o comunismo não seria capaz de trazer melhorias aos camponeses, causavam ódio e vingança entre os homens e isso era contra as leis divinas, as quais defendiam a paz entre todos. A ideia da Igreja foi então, criar os sindicatos no campo a fim de, analisar a questão agrária. Desta forma, pretendia resolver os conflitos entre camponeses e proprietários de modo pacífico, sem rebeliões.

Neste sentido, a Igreja criou o maior movimento possível de educação pelo rádio com apoio do governo, sendo ele, o Movimento de Educação de Base, com uma metodologia baseada em Paulo Freire a fim de, aproximar o conteúdo ministrado com a realidade da população rural, público alvo deste movimento. O movimento procurava através das aulas radiofônicas, mobilizar a população para a organização de sindicatos e luta pela reforma agrária, baseou-se em Paulo Freire para trabalhar com os alunos dessas aulas, utilizando termos que remetiam ao cotidiano deles, ligados ao meio rural. No entanto, houve algumas divergências no modelo de ensino, que apesar de ter como base Paulo Freire, se desenvolveu em uma metodologia que o próprio autor critica, conforme será visto a seguir.

### **3.2. A metodologia utilizada pelo MEB: Análise da cartilha “Viver é Lutar” de 1963**

Neste tópico será apresentada qual era a metodologia utilizada pelo MEB, qual era sua base e como se desenvolveu no decorrer das aulas radiofônicas. Além disso, será feita uma análise de um dos materiais utilizados pelo movimento, a cartilha “Viver é Lutar de 1963”.

O MEB foi fundado em 21 de março de 1961. Sendo um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é constituído como sociedade civil e de direito privado, sem fins lucrativos, atualmente com sede no Distrito Federal. Atualmente, as ações de educação popular desenvolvidas pelo MEB ocorrem no Norte e Nordeste do país, sendo nos estados do Amazonas, Roraima, Ceará, Piauí, Maranhão e Distrito Federal, também atua no Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais em parceria com o governo do estado. A escolha por estas regiões se deve ao fato de serem áreas populacionais do país com maior índice social e econômico abaixo do desejado. O controle administrativo e a avaliação de resultados são monitorados através de uma equipe localizada em Brasília. A alfabetização de jovens e adultos adotada pelo MEB se encontra no contexto da educação popular e é inspirada em Paulo Freire<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup><http://www.meb.org.br/quem-somos/>

Apesar de ser inspirado em Paulo Freire, de acordo com Baumworcel (2008), o MEB recebeu uma crítica do próprio Paulo Freire. No início da década de 1960, Osmar Fávero, coordenador nacional (1961 - 1966) do MEB e Paulo Freire estavam conversando em Brasília sobre a função do rádio na educação popular no Brasil, quando Paulo Freire criticou as aulas radiofônicas ofertadas pelo MEB.

Paulo Freire mostrava uns desenhos que tinham sido feitos para ele, quando eu disse que era do MEB, trabalhava com as escolas radiofônicas, e ele fez uma crítica pouco piedosa. Falou que as escolas radiofônicas do MEB eram como Saci. Só tinham uma perna de ida e não tinham outra perna para voltar. Claro, na perspectiva de diálogo dele. (FÁVERO, 2007. *apud* BAUMWORCEL, 2008. p. 01).

De acordo com Baumworcel (2008), o coordenador do MEB, Osmar Fávero, tentou explicar para Paulo Freire que as emissoras de rádios recebiam cartas sobre o andamento das aulas, de alunos e demais envolvidos e que havia comunicação entre a comunidade escolar, pois as cartas eram respondidas ao vivo. No entanto, para Paulo Freire, este tipo de comunicação não é considerado um diálogo, pois, era necessário pensar no tipo de interação que o rádio proporciona.

De acordo com Farias (2017), a estrutura do MEB era formada em seus primeiros cinco anos da seguinte forma:

- No âmbito nacional, era coordenado por um Conselho Diretor Nacional, composto de bispos e um representante do Ministério de Educação e Cultura.
- Cada Estado contava com uma Coordenação Estadual. -O sistema radioeducativo atingia uma área determinada que na maioria das vezes correspondia à área geográfica da diocese a que se vinculava. - A base era estruturada através de uma rede de escolas radiofônicas ou por uma teia de grupos, em geral havia nos sistemas uma composição entre os dois. (p. 05 - 06).

O vínculo entre o MEB e a Igreja de acordo com Farias (2017), não é uma ação apenas apostólica, embora estivesse ligado à hierarquia católica e possuísse uma ação sócio educativa. De acordo com Farias (2017) para Osmar Fávero a Igreja preocupava-se mais com as questões sociais naquele momento, as quais eram enfrentadas por grande parte da população, principalmente na área rural devido à industrialização, onde suas consequências deram origem às pautas para as reivindicações sociais desde 1950.

Conforme Farias (2017), tendo em vista que o MEB era inspirado nos ensinamentos de Paulo Freire, as lideranças do movimento preparavam o material que seria distribuído por

todo o país, para que o sujeito se reconhecesse como protagonista de sua história e lutasse por ela, rompendo os obstáculos produzidos durante sua trajetória de vida. De acordo com Farias (2017), as aulas eram retransmitidas pelo rádio e as cartilhas utilizadas pelo MEB, auxiliavam a população na conscientização de seu papel como cidadã.

As aulas retransmitidas pela rádio e as lições das cartilhas produzidas pela equipe do MEB conduziram a população do campo a trilhar outros caminhos, outras histórias. Pode-se pensar também como muitos homens e mulheres tiveram nas aulas do MEB o meio para alcançar sua cidadania. Conscientizando-se do seu papel de sujeito no mundo. (p. 03).

Um dos materiais produzidos pelo MEB, foi a cartilha “Viver é Lutar” de outubro de 1963. Foi produzido num contexto em que de acordo com Farias (2016) “o cenário político e social do Brasil assinala desde a segunda metade dos anos de 1950 um quadro de movimentos que lutavam por direitos, entre eles o direito a posse da terra”. (p. 08).

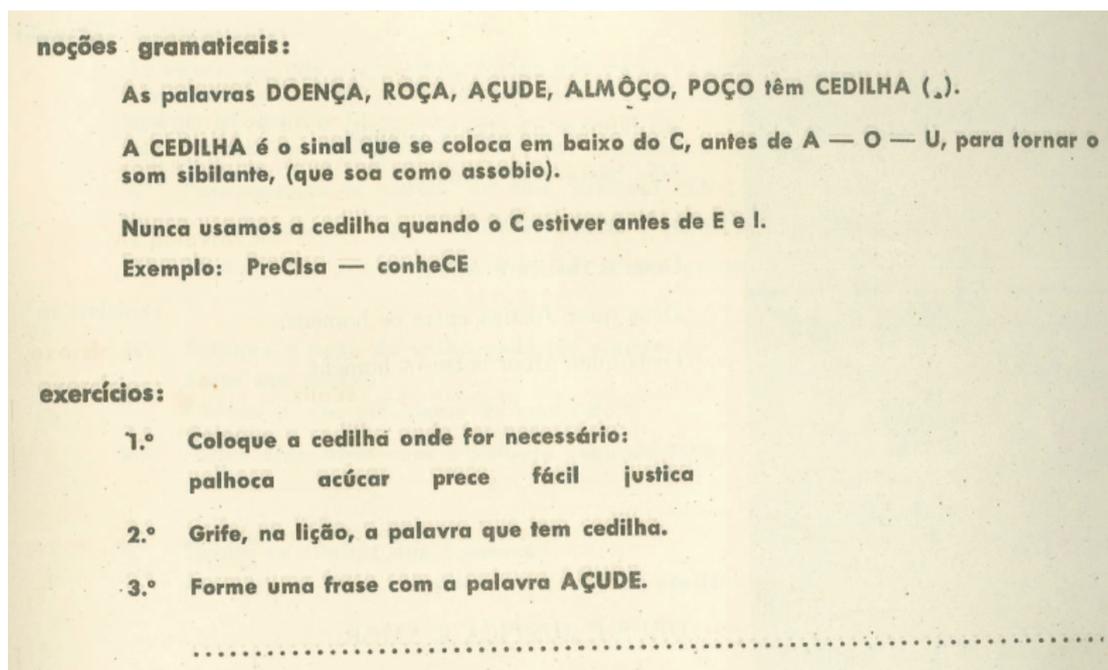
Abaixo encontra-se a imagem da capa da cartilha “Viver é Lutar”. A capa é composta pelo título da cartilha e também por uma imagem ilustrativa, onde são representados alguns alunos em volta de uma mesa e um professor escrevendo no quadro.



Cartilha Viver é Lutar: 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro, outubro de 1963. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

A cartilha é composta por sessenta e cinco páginas, no decorrer dessas páginas encontram-se algumas atividades de leitura e gramática, contendo também exercícios

referentes ao conteúdo trabalhado e ilustrações, as quais retratam a vida no campo. Todas as leituras e atividades elaboradas nesta cartilha, apresentam palavras relacionadas ao dia- a -dia no campo, como por exemplo na página 13, onde a explicação gramatical era sobre o uso do “Ç”, para isso as palavras expostas como exemplo eram: “doença, roça, açude, almoço, poço”, conforme mostra a imagem abaixo. Sendo assim, percebe-se a preocupação em identificar esses alunos como sujeitos históricos.



Cartilha Viver é Lutar: 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro, outubro de 1963. p. 13. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

No que se refere a composição dos conteúdos disponibilizados na cartilha “Viver é Lutar”, é possível verificar que:

[...] as lições centralizavam palavras fundamentais que serviam de base para a compreensão do mundo, então palavras como lutar, viver, trabalhar eram constantes nos livros. Essas palavras emitiam signos, selecionadas para que o processo de alfabetização se constituísse em caminho de luta. (FARIAS, 2016. p.10)

Era trabalhado com a autonomia dos sujeitos de forma crítica, trazendo enfoque para a luta pela terra e direito nela, além de tratar sobre o papel da mulher na sociedade e outros temas que faziam os alunos se reconhecerem como sujeitos históricos, conforme apresentado no trecho abaixo retirado do livro “Viver é Lutar” de 1963:

O camponês é homem da terra;  
Ele trabalha a terra.

Ele colhe os frutos da terra.  
 O camponês tem terra?  
 Ele tem tudo para cultivar a terra ?  
 Ele tem garantia na colheita?  
 O camponês tem garantia no trabalho?  
 O CAMPONÊS É HOMEM DA TERRA (1963, p. 18)

Este trecho se encontra na 9º lição da cartilha “Viver é Lutar”, é possível verificar que havia o interesse em provocar no aluno, dúvidas em relação ao seu modo de vida e o que era recebido em troca do trabalho realizado pelos indivíduos do campo. Neste caso, a provocação vai de encontro ao questionamento sobre produzir e trabalhar com a terra mas não ter a posse da mesma.

Mais adiante, na 11º lição é possível analisar um trecho em que trata do papel da mulher no campo. Sendo ele:

As mulheres também trabalham.  
 Algumas bordam, outras lavam.  
 Algumas cozinham, outras cultivam.  
 Algumas trabalham longe de casa.  
 Algumas trabalham longe dos filhos.  
 Muitos trabalhos são feitos só por mulheres.  
 Tôdas as mulheres trabalham?  
 A mulher nasceu para servir?  
 O povo precisa do trabalho das mulheres?  
 O POVO PRECISA DO TRABALHO DAS MULHERES. (1963, p.22).

Neste trecho, o conteúdo está voltado para compreensão do trabalho da mulher no campo, que não é apenas em casa cuidando dos filhos mas que muitas, trabalham fora de casa e em diferentes funções. Assim como o trecho anterior, este também termina com uma pergunta, neste caso, a ideia é provocar o aluno para refletir sobre o papel da mulher na sociedade de forma crítica.

Portanto, percebe-se que a cartilha “Viver é Lutar” de 1963 tinha como objetivo além de, alfabetizar a população jovem do campo, questionar e problematizar sua condição no meio rural, onde se encontravam em condições de trabalhos precárias, eram explorados por grandes proprietários de terra e não recebiam auxílio do governo.

A principal crítica que a cartilha expõe é a falta de assistência básica do Estado diante da população rural no Brasil. Em suas lições apresenta uma proposta de discussão, reflexão e ação ao mesmo tempo em que os desenhos que a ilustram, representam a realidade enfrentada pelo camponês. A composição desta cartilha provoca uma reflexão acerca das condições de trabalho dos camponeses.

De acordo com Farias (2016), a ideia também era romper com a naturalização da



percebe-se que a população camponesa no país de modo geral, se encontrava em situação precária, no que se refere a assistência por parte do Estado. Sendo assim, isso também ocorria em Pato Branco, não apenas com os próprios camponeses, mas com seus filhos que cresciam diante do analfabetismo e com a falta de recursos básicos. Neste sentido, as aulas radiofônicas procuravam contribuir para a alfabetização dessas crianças no município, promovendo através dos conteúdos trabalhados nas aulas, o senso crítico na população do campo. Deste modo, instigava a população a lutar por melhores condições de vida, conforme será analisado no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO III**

## 4 AS AULAS RADIOFÔNICAS EM PATO BRANCO E MEB APÓS 1964

Neste terceiro capítulo busca-se compreender como se desenvolveu o ensino radiofônico no município de Pato Branco. Além disso, procura-se entender quais eram os objetivos MEB como modelo de ensino radiofônico antes e durante a Ditadura Militar no Brasil.

### 4.1. Aulas radiofônicas no município de Pato Branco

Neste espaço será analisado como ocorreu o desenvolvimento das aulas radiofônicas no município de Pato Branco. Neste sentido, busca-se compreender qual era a formação e a metodologia utilizada pelos profissionais que atuavam na escola em que ocorria a transmissão das aulas.

O processo de desenvolvimento das aulas radiofônicas em Pato Branco está ligado também com o desenvolvimento da Escola Estadual Carmela Bortot neste município. Para compreender esse processo analisa-se quando se iniciou as aulas radiofônicas e quais eram seus objetivos de acordo com Miotto (2004). Além disso, como apoio será utilizado o livro produzido em homenagem aos 50 anos de história da Escola Estadual Carmela Bortot, onde se apresenta a estrutura da escola em seus anos iniciais, salas e setores. Por fim, será feita uma análise de edições do *Jornal do Paraná* e de um documento referente ao relatório final de uma turma de 1988, ambos correspondente ao período pesquisado. Através destas análises buscam-se compreender além dos objetivos das aulas radiofônicas, como e onde elas estavam inseridas, como era a estrutura do local em que as aulas ocorriam além de, entender quais disciplinas eram aplicadas e a relação delas com os alunos que participavam desse processo.

As aulas radiofônicas iniciam no município de Pato Branco, conforme Miotto (2004) em 1960. Conforme a autora foi o Frei Gonçalo Orth, residente e atuante no município na época, quem apresentou a equipe do MEB, incentivando as aulas radiofônicas. Outros dois nomes mencionados por Miotto (2004) é o do frei Honorato Bruggman e frei Policarpo Berri, os dois atuaram através da Ação Social Franciscana<sup>12</sup>, com o objetivo de prestar assistência social, educacional, médica e cultural, oferecendo apoio jurídico para as aulas radiofônicas.

Para compreender as características dessas aulas, será feita uma análise de algumas edições do *Jornal Diário do Paraná: Órgão dos Diários dos Associados (PR)* entre 1955 e

<sup>12</sup>Seu principal objetivo é tirar crianças e adolescentes da rua e capacitá-los para o mercado de trabalho, acolher, socializar menores em vulnerabilidade de ambos os sexos, a fim de, resgatar sua autoestima e salvaguardar a dignidade humana. Sendo este, serviços disponibilizados gratuitamente. Disponível em: <https://acaosocialfranciscanadobrasil.wordpress.com/sobre/>

1983, e também do livro *50 anos de História da Escola Carmela Bortot*, o qual foi produzido para comemorar o cinquentenário desta escola, apresentando suas origens e seu processo de desenvolvimento, onde é citado o período em que a escola estava inserida no sistema de aulas radiofônicas. De acordo com Sturza (2008), este livro foi produzido através de depoimentos, narrativas e fotos para possibilitar o resgate histórico de diretores, alunos, pais e funcionários que se dedicaram no desenvolvimento da escola.

Conforme Sturza (2008), a escola passou por alterações em seu nome no decorrer da história. O primeiro nome corresponde aos anos de 1958 a 1973, sendo Escola Plínio Franco Ferreira da Costa, em seguida no ano de 1973 até 1977, passa a se denominar Casa Escolar Carmela Bortot, sendo alterado em 1977 para Escola Carmela Bortot - Ensino de 1º Grau até 1983, quando recebeu a denominação para Escola Estadual Carmela Bortot - Ensino de 1º Grau, até 1998. A partir deste ano, passou a ser a Escola Estadual Carmela Bortot - Ensino Fundamental, a qual permanece atualmente.

Graciolina Bortot Brandelero é mencionada no livro de 50 anos da escola, como sendo a primeira diretora, essa gestão corresponde aos anos de 1958 a 1972. Em seu relato, Graciolina descreve como se deu origem para a escola.

Em agosto de 1958, o Sr. José Fraron e Ludovico Bortot fizeram um abaixo assinado para ver quantas crianças, principalmente filhos de agricultores, encontrava-se em idade escolar. Como havia número suficiente, fui nomeada a primeira professora e diretora da Escola Plínio Franco Ferreira da Costa, permanecendo nas funções de 1958 a 1972, sendo auxiliada na função pela Sra. Zelide C. Merlo. Muitas foram as dificuldades encontradas, iniciaram-se as aulas numa sala da minha residência, com duas séries juntas. Como não havia carteiras, o Sr. Augusto Peloso improvisou um quadro e bancos compridos em madeira bruta. Com o crescimento do número de alunos, foi necessária a construção de uma escola com duas salas de aula em um terreno doado pelo Sr. Pedro Tatto. Mais tarde a minha mãe Sra. Carmela Bortot, doou um terreno onde foram construídas quatro salas de aula, secretaria, cozinha e banheiros. Com o seu falecimento foi escolhida para ser a patronesse da escola. (STURZA, 2008. p. 28 - 29)

Desta forma, percebe-se que a escola teve início em uma residência e por incentivo dos próprios moradores da região, que lutaram pelo direito de ter uma escola. Ainda que sem condições de se ter uma estrutura adequada, através da dedicação e do trabalho de muitos foi possível desenvolver o ensino primário, ainda antes de se aplicarem as aulas radiofônicas.

**Fotografia 3: Escola Carmela Bortot do período de 1958-1972.**



Fonte: (STURZA, Mairi Bonometti, 2008, p 21).

Eunice Irene Bueno também é mencionada no livro de 50 anos da escola como uma das diretoras, sua gestão corresponde aos anos de 1978 a 1979, período em que as aulas radiofônicas já estavam sendo desenvolvidas há um tempo. Em seu relato, Eunice descreve como eram as aulas regulares e a sensação de participar das aulas radiofônicas, que era visto como um recurso pedagógico.

Durante aqueles anos, era um único professor por turma, o professor trabalhava todos os conteúdos e disciplinas da série em questão. Não havia aulas específicas de Educação Física, nem Educação Artística, mas havia as tão esperadas aulas radiofônicas, em que tanto os alunos quanto os professores ficavam atentos a um meio de comunicação de ponta na época: o rádio. Durante uma hora por dia, a Rádio Celinauta transmitia essas aulas e todos ficavam ansiosos por ouvi-las. Pois além do quadro de giz, do livro de leitura, do caderno e lápis, o rádio era um meio pedagógico de destaque. Na mudança de local, a escola passou a se denominar de Escola Carmela Bortot. Eram 10 professoras, um professor e três serventes. Havia quatro salas de aula (1º a 4º série) e a escola atendia nos períodos da manhã e da tarde. (STURZA, 2008. p. 37).

Portanto, é possível perceber que em Pato Branco as aulas radiofônicas era um recurso a mais disponibilizado para o ensino regular. Havia um momento específico em que o rádio era ligado e os alunos tinham essas aulas, mas no decorrer do dia, a aula seguia no modelo tradicional com lápis, cadernos, quadro e giz.

#### **Fotografia 4: Relatório Final da Escola Carmela Bortot de 1982**

ESTABELECIMENTO		ESCOLA CARMELA BORTOT - ENSINO DE 1.º GRAU				IRE 49B		NÚCLEO REGIONAL														
LOCALIDADE		PATO BRANCO				ENTIDADE MANUTENEDORA GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ																
Decreto Nº 3536/77 (REORG.) D.O. de 23.06.77		Aprovação do Plano de Implantação da Lei nº 5692/71 Parecer Nº 014/77 D. B. P. G.		Homologação do Plano de Aprovação do Plano Resolução Nº 677/77																		
SÉRIE	2ª	TURMA	11ª	TURNOS	MANHÃ	ANO	1982															
RELATÓRIO FINAL						EDUCAÇÃO GERAL								FORMAÇÃO ESPECIAL								
						(1) COMUNIC. E EXPRESSÃO		(2) ESTUDOS SOCIAIS		(3) CIÊNCIAS		ARTIGO 7º										
						NC	PD	NC	PD	NC	PD	EDUCAÇÃO CÍVICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	PROGRAMAS DE SAÚDE	PROJETOS INTERDISCIPLINARES	RELIGIOSO					
Nº	NOME DO ALUNO			Sexo																		
01	ANTONIO M. PEDROZO			M	85	--	--	85	--	--	85	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
02	ARIEL VAGNER KUPER			M	80	--	--	85	--	--	80	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
03	CARLOS ROBERTO DELF			M	60	--	--	70	--	--	65	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
04	CARLOS PAZ			M	MUDANÇA DE TURMA																	
05	CLAUDIOMIRO GELAIN			M	75	--	--	70	--	--	75	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
06	DARCI PORONICZAK			M	85	--	--	90	--	--	85	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
07	EDROALDO DIVONSIR PEGORINI			M	70	--	--	85	--	--	80	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
08	ELCIO ROBERTO DOS SANTOS			M	62	--	--	75	--	--	60	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
09	EMERSON WEBER			M	45	--	--	45	--	--	50	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
10	IVONE APARECIDA CARVALHO			F	TRANSFERIDA																	
11	IVONE SCHNEIDER			F	MUDANÇA DE TURMA																	
12	LAURI MENDES			M	75	--	--	85	--	--	80	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
13	LEONICE DE SOUZA			F	65	--	--	80	--	--	65	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
14	LEIS CARLOS SKUNIECZKI			M	75	--	--	85	--	--	80	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
15	LEOMAR SCHUSTER			M	70	--	--	80	--	--	85	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--

Fonte: arquivo do Núcleo Regional de Educação de Pato Branco

Fotografia 5: Relatório Final da Escola Carmela Bortot de 1982

14	LEIS CARLOS SKUNIECZKI			M	75	--	--	85	--	--	80	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
15	LEOMAR SCHUSTER			M	70	--	--	80	--	--	85	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
16	LEIS CARLOS DZOBANSKI			M	DESISTENTE																	
17	MARILENE DE FÁTIMA NUNES			F	DESISTENTE																	
18	MARILU APARECIDA VAZ			F	TRANSFERIDA																	
19	NERI BORTOLANZO JUNIOR			M	DESISTENTE																	
20	ODILSON NEPONUCENO PINTO			M	80	--	--	80	--	--	75	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
21	PAULO CESAR DE ALMEIDA LARA			M	65	--	--	85	--	--	75	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
22	PAULO CESAR FERREIRA DE JESUS			M	65	--	--	85	--	--	80	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
23	ROSELI ALVES DA COSTA			F	80	--	--	75	--	--	85	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
24	SALETE DE FÁTIMA MEDEIROS			F	DESISTENTE																	
25	SILVANA PARECIDA DOS SANTOS			F	MUDANÇA DE TURMA																	
26	SANDRA MACHADO			F	75	--	--	80	--	--	75	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
27	SILVANA PAZIBISZ			F	75	--	--	95	--	--	90	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
28	TANIA MARA R. FERREIRA			F	85	--	--	90	--	--	80	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
29	SÉRGIO FERREIRA DE JESUS			M	75	--	--	90	--	--	90	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
30	SILVIA DE F. MERLO			F	75	--	--	80	--	--	65	--	--	*2	*1	*1	*3	*2	--	--	--	--
31																						
32																						
33																						
34																						
35																						
36																						
37																						
38																						
39																						
40																						
41																						
42																						

O presente documento não contém emendas ou rasuras

Fonte: arquivo do Núcleo Regional de Educação de Pato Branco

Este documento trata-se de um relatório final de uma turma de 1º grau da Escola Carmela Bortot de 1982, disponibilizado pelo Núcleo Regional de Educação de Pato Branco. Ao observar o documento acima é possível perceber a divisão das disciplinas trabalhadas com as turmas do primário. Havia uma classificação dessas disciplinas, sendo elas: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. Dentro dessas matérias estavam fixadas os conteúdos particulares de cada uma de acordo com a obrigatoriedade prevista pela Resolução 8 de 1971<sup>13</sup>. Ficando desta forma a seguinte composição, dentro da disciplina de Comunicação e Expressão estavam os conteúdos sobre Educação Física e Educação Artística, correspondente ao código “\*1” no relatório final. Na disciplina de Estudos Sociais estavam os conteúdos referente a Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso, correspondente ao código “\*2” deste relatório final. Por fim, a disciplina de Ciências em que estavam inseridos o conteúdo relacionado a programas de saúde, correspondente ao código “\*3” do relatório final.

Percebe-se com isso que não haviam disciplinas específicas de História e Geografia, por exemplo. De acordo com Lombardi, Saviani e Nascimento (2005), isso ocorre devido ao interesse do Estado em preparar mão de obra para o mercado de trabalho. Tendo em vista que havia um número elevado de desistências por motivos financeiros em sua maioria, o objetivo era uma formação de primeiro grau rápida e sem complexidades. Desta forma, o aluno poderia concluir o primeiro grau de modo rápido e em seguida, poderia trabalhar para ajudar com o sustento da família.

A dosagem das matérias de educação geral e de formação especial nos currículos de Ensino de 1º e 2º graus é feita em termos de predominância e exclusividade. Nas séries iniciais do Ensino de 1º grau determina-se que sejam exclusivos os estudos de caráter geral; nas séries finais do mesmo grau de Ensino deve ser introduzida a parte de formação especial (OLIVEIRA, 1978, p. 14 *apud* LOMBARDI, SAVIANI E NASCIMENTO, 2005, p. 05)

Sendo assim, o ensino primário tinha a função de transmitir um conhecimento geral, inserindo o aluno na sociedade em uma determinada classe, a de trabalhadores assalariados. Neste caso, eram ofertadas ao ensino primário matérias básicas e não se aprofundava o

---

<sup>13</sup>Incluiu nos currículos de 1º e 2º grau como conteúdos específicos das matérias fixadas : em Comunicação e Expressão - A Língua Portuguesa ; nos Estudos Sociais - a Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil; nas Ciências - a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas. Exigem-se também Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, este obrigatório para os estabelecimentos oficiais e facultativo para os alunos.

conteúdo, pois não era necessária uma formação qualificada para o trabalho assalariado.

Para compreender como funcionava a transmissão das aulas, analisa-se o *Jornal Diário do Paraná*, o qual pertencia ao grupo dos Diários Associados de Assis Chateaubriand<sup>14</sup>. Foi dirigido pelo jornalista Adherbal Stresser, filho do jornalista e compositor Augusto Stresser<sup>15</sup>. A opção em trabalhar com o *Jornal Diário do Paraná* se deve ao fato de ser o jornal disponível na Biblioteca Nacional Digital com mais ocorrências relacionadas as aulas radiofônicas e ao MEB.

No que se refere a rádio transmissora, ao analisar algumas edições do *Jornal Diário do Paraná: Órgão dos Diários dos Associados*, correspondente aos anos de 1955 a 1983, é possível verificar como funcionava a rádio Celinauta em Pato Branco, a qual transmitia as aulas radiofônicas. De acordo com o *Jornal Diário do Paraná* de 5 de junho de 1966, a Rádio Celinauta de Pato Branco era dirigida pelos Padres Franciscanos, e as aulas radiofônicas eram transmitidas para 6.500 crianças, as quais estavam inscritas em duzentas salas de aula no Sudoeste Paranaense, ou seja, esse número não se refere apenas ao município de Pato Branco. Os primeiros vinte minutos das aulas eram dedicados à religião. As aulas radiofônicas são mencionadas neste jornal, com a finalidade de expor um meio pelo qual seria possível atingir a população com novas ideias, neste caso a ideia era sobre o controle de natalidade.

De acordo com o *Jornal Diário do Paraná* de 5 de junho de 1966, Gregório Baum era um consultor do secretariado para a União dos Cristãos e perito conciliar. Ele falava sobre o controle de natalidade e acreditava que o pensamento da Igreja não poderia mais ser o mesmo do século passado, devido às novas perspectivas sobre a natureza humana e fatos novos que estavam aparecendo na sociedade. Para ele, o magistério deveria mudar sua posição e ensinar a “anticoncepção”, porque mesmo sendo perigoso e não aconselhável, era lícita e isso estaria favorável para um desenvolvimento geral de acordo com a doutrina que a Igreja manifestava.

Desta forma, percebe-se o porquê as aulas radiofônicas foram citadas nesta matéria, pois a ideia de Gregório Baum exposta no *Jornal Diário do Paraná* de 5 de junho de 1966, era de usar essas aulas para explicar sobre as possibilidades de anticoncepção, tendo em vista que a Igreja manifestava-se a favor do bem estar social e estava fazendo uso das aulas para atender as necessidades da população que conforme citado anteriormente, encontrava-se em

---

<sup>14</sup>O Jornal foi fundado em 29 de março de 1955 em Curitiba com sede no edifício do Clube Curitibano, na Rua Barão do Rio Branco. Manteve sua circulação por vinte e oito anos, sendo extinto em 23 de janeiro de 1983 Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/o-caldeirao-intelectual-paranaense-ar1vxwnxmu2cjwqcj4quzmq6>

<sup>15</sup>Como jornalista publicou, juntamente com Silveira Netto, um jornal ilustrado de cunha artístico: “O Guarany” (homenagem a obra de José de Alencar). Mais tarde, em parceria com Leite Junior, publicou o jornal “A Fanfarra” e também colaborou nos jornais “Diário da Tarde”, de Curitiba e no “O Itiberê” de Paranaguá.” Disponível em: [http://www.oradiodoparana.com.br/crbst\\_67.html](http://www.oradiodoparana.com.br/crbst_67.html)

condições precárias. Percebe-se a crítica de Gregório Baum ao dizer que a Igreja não poderia ter um pensamento do século passado, tendo em vista que pensava em melhorias para o povo.

No entanto, o foco desta pesquisa não é discutir o posicionamento da Igreja diante da “anticoncepção”, mas sim em relação às aulas radiofônicas. O Jornal Diário do Paraná de 5 de junho de 1966, ao apresentar esta matéria, possibilita a retirada de informação sobre a Rádio Celinauta de Pato Branco, a transmissora das aulas, auxiliando na compreensão de como era a organização da rádio e seus responsáveis.

Conforme apresentado no Jornal Diário do Paraná de 24 de novembro de 1974, as informações transmitidas pela rádio e sua programação de modo geral, eram voltadas para ao agricultor e o ensino sistemático e pioneiro de aulas pelo rádio. De acordo com o Jornal Diário do Paraná de 24 de novembro de 1974, a rádio Celinauta recebeu a consagração de ser a segunda emissora de Aulas Radiofônicas do Brasil, pela competência em seu trabalho. Abaixo a imagem de uma das páginas do Jornal Diário do Paraná referente a edição de de 24 de novembro de 1974, sobre a composição da rádio Celinauta, a responsável pela transmissão das aulas radiofônicas e os organizadores desse setor, entre eles o diretor Frei Policarpo.

## Policarpo em Pato Branco

Quando se contar a história da comunicação no interior do país, o nome do frei Policarpo deverá ser destacado. Ele pertence à Ordem Franciscana, os mesmos religiosos que há quase 90 anos vinham, pisando solo virgem, desde Blumenau, atravessando centenas de quilômetros.

Foi esta tenacidade de franciscano que trouxe para os pato-branquenses a comunicação, representada pelas Rádio Pato Branco, Rádio Ceilnauta e a futura TV-Pato Branco (que já começa a ser instalada na rua Tocantins, próxima ao posto de saúde, reunindo as outras duas rádios).

Frei Policarpo é uma pessoa justamente respeitada e querida na cidade. Rádio é apenas uma das suas atividades. Sua contribuição como religioso, como educador (Colégio La Salle e Colégio N. S. das Graças), contribuindo com a comunidade, ele deu à cidade o grande monumento que é a Igreja Matriz, uma das mais belas do Brasil maior que a de Blumenau, também famosa. Lá também está a Casa Canônica, e numa rua atrás do templo, está sendo construído o Pavilhão de Festas, que, quando



concluído terá uma área coberta de 3.000 metros quadrados, dois andares, parte social para jogos de salão, recepção de casamentos e outras festas, salão de teatro, ginásio de esportes com arquibancadas para mais de mil pessoas sentadas, local para prática de basquete, futebol de salão e vôlei. Terá também canchas de bolão, boliche e bocha.

### RADIO E TV

Toda a região ouve as rádios Pato Branco e Ceilnauta. Com programação variada, traz ainda grande contribuição à população do Sudoeste do Paraná e

Oeste de Santa Catarina, com as aulas radiofônicas, desde 1961, com toda sorte de informações úteis ao agricultor, e o ensino sistemático, pioneiro, de aulas pelo rádio. A Ceilnauta realiza um trabalho tão bem feito que já recebeu a consagração de ser a «Segunda Emissora de Aulas Radiofônicas do Brasil».

Esta emissora transmite com 1 kw, e passará brevemente a funcionar com 5 kw. A Rádio Pato Branco está com 250 watts e também deverá aumentar sua potência para 1 kw. Ambas brevemente estarão em casa nova, ao lado da estação de televisão, numa das melhores instalações de rádio do Estado. A televisão será a cores. A aparelhagem Maxwell, moderníssima, permitirá também gerar a cores.

A direção geral das emissoras é do frei Policarpo, e conta com equipe em que trabalham Nelson Mattielo, Laudi Vedana, Sebastião Luis Rosetto, Agostinho Barrionuevo, Joelson Madureira, José Carlos Wolker e Dirceu Ruaro, entre outros.

Quase a totalidade dos seus profissionais têm curso superior ou estão em vias de concluí-lo. Trabalham no sistema das emissoras dos Estados Unidos, com seus locutores anunciando e colocando os discos no pick-up... Há um espírito de muito companheirismo, de muita vontade de estar realizando um trabalho útil à comunidade, entre seus profissionais.



Fonte: Jornal Diário do Paraná de 24 de novembro de 1974

De acordo com o Jornal Diário do Paraná de 24 de novembro de 1974, esta emissora transmitia com 1 kw de potência até o ano de 1974, mas que logo passaria a funcionar com 5 kw, favorecendo sua abrangência na região<sup>16</sup>. Também é apresentado nesta edição do Jornal,

<sup>16</sup>1 kw de potência cobre entre 100 a 150 quilômetros, enquanto 5k de potência cobre uma região de 150 a 200 quilômetros, ambas em linha reta.

que a direção geral da emissora é do Frei Policarpo e conta com equipe em que trabalham mais algumas pessoas, no jornal são citados seis nomes masculinos, mas é indicado que além dos citados, também há outras pessoas ligadas a esse trabalho. A maioria da equipe de profissionais possuía curso superior completo ou em andamento.

Portanto, é possível perceber que a rádio responsável pela transmissão das aulas no município de Pato Branco era dirigida por um frei franciscano e sua organização era composta por um grupo de pessoas, que possuíam formação profissional a nível superior. Além disso, a rádio foi reconhecida pelo seu bom desempenho e com isso conseguiu aumentar sua frequência, possibilitando a ampliação em sua transmissão. No entanto, como mencionado, as aulas radiofônicas apesar de atingir a maioria da população do campo e ter ouvintes em vários estados acabaram sofrendo censuras por parte do governo durante o Regime Militar no Brasil em 1964, conforme será detalhado a seguir.

#### **4.2. As censuras enfrentadas pelo MEB após o golpe de 64**

Pretende-se compreender através da análise dos jornais trabalhados e também do material didático, qual era a relação da Igreja Católica com o MEB e o governo federal. Além disso, será discutido sobre as censuras que o MEB enfrentou por parte do governo após o golpe de 64, como as aulas tiveram continuidade, quais foram as alterações e como se organizou o material didático durante a Ditadura Civil Militar.

Conforme analisado anteriormente através das fontes, percebe-se que a Igreja deu origem ao movimento de educação pelo rádio com apoio do governo. No entanto, a partir de 1964 com o golpe militar e a instauração da Ditadura Civil Militar no Brasil, esse apoio do governo se transforma em monitoramento e controle das aulas radiofônicas pelo país. Com base na análise das edições do *Jornal Diário do Paraná*, que se encaixam ao período que corresponde a Ditadura Civil Militar (1964 - 1985), será possível compreender como ocorreu esse monitoramento e o controle das aulas, quais foram as mudanças necessárias para se adequar ao novo sistema que afetou o modo como as aulas passaram a ser ministradas pelos professores e a troca do material didático.

O Movimento de Educação de Base não teve muitos de seus profissionais presos, foram poucos que sofreram prisões, de acordo com Baumworcel (2008), após o golpe de 1964, os profissionais presos eram monitores, líderes rurais e diretores de sindicatos.

O ex-coordenador do MEB lembrou a prisão, depois do golpe, da professora-locutora Maria José, que ao iniciar a aula, na Rádio Educadora de Sergipe, disse: até ontem a gente viu as contas de subtrair, que são as contas do pobre, hoje nós vamos começar a estudar as contas dos ricos, que são as de multiplicar. No período de repressão política, muitos da equipe acabaram se autocensurando e depois de 1968, com o AI-5, houve uma debandada geral. (2008, p. 03).

Além da censura na fala de professores, houve também a censura do material que estava sendo utilizado desde o início de 1964, o que intensificou o monitoramento das aulas.

[...] o Movimento foi perseguido pela Ditadura, tendo sido apreendida uma cartilha intitulada: “Viver é lutar”, produzida pela equipe nacional. Oliveira (1992) relata o caso de uma professora-locutora, que foi surpreendida pelo exército, enquanto transmitia a aula pela Rádio Rural. Houve uma tentativa de tirar o programa do “ar” e prender quem estivesse emitindo à aula, graças à intervenção de Dom Eugênio Sales, presente na rádio no momento, isso não ocorreu. Entretanto, a partir desse episódio, foi realizado um acordo entre o bispo e as Forças Armadas, instaurando a censura-prévia: as aulas radiofônicas seriam gravadas e ouvidas por um censor do Exército e posteriormente seriam veiculadas, com ou sem adaptações. (FONSECA & CRUZ, 2007, p. 9).

De acordo com Baumworcel (2008) para o ex-coordenador do MEB, Osmar Fávero, nos primeiros anos da Ditadura Militar as emissoras eram mais vigiadas e então o movimento percebeu que as escolas radiofônicas não eram mais suficiente para a educação, passando a ter contato mais próximo com as comunidades rurais por meio da animação popular. “Foi uma saída possível numa época de censura que acabou criando maior interação entre os atores do processo educativo.” (BAUMWORCEL, 2008, p. 03 - 04).

De acordo com Rodrigues, Schveidt e Ferreira (2012), a animação popular consistia em encontros presenciais entre professores, monitores e alunos, onde se proporciona através de contação de histórias, teatro, debates, entre outras atividades, uma visão crítica da realidade. Como os meios de comunicação passaram a ser vigiados durante a Ditadura Civil Militar, a animação popular tornou-se um recurso para manter os debates críticos. No entanto, por falta de recursos, os professores não conseguiam participar de todos os encontros, os quais ficavam então sob responsabilidade dos monitores. De acordo com Baumworcel (2008), para que fosse possível acontecer esses encontros, eles eram informados através do rádio como algo relacionado a Igreja, podendo ser batismo, catequese, entre outros.

Após o Golpe de 1964, os Encontros passaram a ser a possibilidade para continuidade e aprofundamento do trabalho político-pedagógico, já que a repressão sobre os meios de comunicação era forte, sendo as aulas e programas do MEB-GO gravados e censurados pelos militares, levando a

Equipe Central a ter de diminuir nas emissões radiofônicas, o nível de criticidade e aprofundamento das mesmas, enquanto que nos Encontros, as discussões podiam ser com nível mais aprofundado e crítico, ainda que às vezes pudessem estar sendo vigiados (RODRIGUES, SCHVEEIDT E FERREIRAR, 2012, p. 8-9).

Conforme Rodrigues, Schveeidt e Ferreira (2012), em Goiás no ano de 1967 os encontros foram suspensos e por consequência o MEB encerrou suas atividades no estado. Isso aconteceu devido ao aumento das pressões sofridas por parte do governo além da falta de recursos para continuidade do trabalho e também a ocorrência de prisões de membros das equipes e monitores. Havia a exigência pela mudança na metodologia, desta forma o Movimento acredita ter que retroceder em sua concepção de trabalho, e no caso de Goiás, a opção foi por encerrar as atividades.

No entanto, conforme Rodrigues (2009), os materiais a serem utilizados nas aulas eram padronizados a nível nacional, mas isso não impedia que a metodologia utilizada pelos professores locutores fosse diferente em cada estado. Desta forma, após a censura da cartilha “Viver é Lutar”, as aulas no Rio Grande do Norte tentavam seguir as mesmas atividades e discussões apresentadas na cartilha de modo indireto, para não ocasionar desconfianças do Regime Militar. Desta forma, as aulas seguiam em um modelo mais tradicional e com a troca no uso de alguns conceitos.

[...] desde o início da Ditadura, sobretudo devido ao intenso cerceamento frente ao livro de leitura "Viver é Lutar", a CNBB e o Conselho Diretor Nacional do MEB produziram Diretrizes que previam a adoção de uma postura mais tradicional do movimento de educação, definindo-o como um projeto dependente da igreja e alterando o conceito de conscientização, voltando-o não mais para uma leitura crítica da realidade e sim para uma consciência do homem sobre si mesmo e de sua relação com Deus (RODRIGUES, 2009. p. 105-106).

De acordo com o Jornal Diário do Paraná de 22 de fevereiro de 1964,

3 mil cartilhas apreendidas por ordem do governador Lacerda, pela Delegacia de Ordem Política e Social, na Editora Americana. Foi o próprio governador Carlos Lacerda quem mandou apreender o material. Considerado subversivo, pelas lições de incentivo à rebelião, que são dadas ao homem do campo. O advogado da editora Americana, disse que a encomenda das cartilhas foi feita pelo Ministério da Educação, tendo prometido levar hoje, à Delegacia de Ordem Política o comprovante do pedido feito pelo MEC. (p.4).

Abaixo a imagem referente a matéria do Jornal Diário do Paraná de 22 de fevereiro de 1964, em que comunicava a censura enfrentada pelo MEB em seu material didático.

Fotografia 7: Matéria do Jornal Diário do Paraná de 22 de fevereiro de 1964

# Cartilhas Consideradas (por Lacerda) Subversivas Foram Encomendadas Pelo Governo

RIO, 22 (Meridional) — «O povo trabalha e vive com fome. É justo que o povo passe fome? Alguns homens têm de sobra e muitos nada têm; muitos trabalham e seu trabalho é explorado por outros; muita coisa está errada no Brasil. É preciso mudança completa no Brasil». Estas são algumas das lições das 1 mil cartilhas apreendidas, por ordem do governador Lacerda, pela Delegacia de Ordem Política e Social, na Editora Americana, estabelecida à rua Visconde de Maranguape, n.º 15.

Informou o delegado Denizer Corrêa Pinheiro que foi o próprio governador Carlos Lacerda quem mandou apreender o material, considerado subversivo, pelas lições de incentivo à rebelião, que são dadas ao homem do campo. O advogado da Ed. Americana, sr. Lavantahl, disse que a encomenda das cartilhas foi feita pelo Ministério da Educação, tendo prometido levar, hoje, à Delegacia de Ordem Política o comprovante do pedido feito pelo MEC.

**«VIVER É LUTAR»**  
Com 64 páginas, ilustradas com fotografias de movimentos camponeses no Norte e Nordeste, especialmente em Pernambuco, a cartilha traz o título «Viver é Lutar», acompanhado logo na capa, da sigla MEB, (Movimento de Educação de Base).

Nas páginas da esquerda estão escritas as lições, dispostas em versos, com frases curtas. Vários personagens foram criados (Pedro, João, José entre outros) para a narrativa de histórias, sendo em muitas delas descrito o encontro de dois camponeses, um chamando o outro a aprender a «linguagem da realidade», dentro do princípio «Viver é Lutar».

As páginas da esquerda são ilustradas com fotografias de homens rústicos, famílias desabrigadas e crianças. As da direita trazem as lições de gramática, para alunos nivelados ao 2.º ano primário.

**PARA BELÉM**  
Um dos caixotes onde se encontram as cartilhas, contendo mil volumes, está destinado ao Palácio Episcopal de Belém do Pará. Por fora do volume aparece também uma sigla, que as autoridades da Delegacia de

Ordem Política e Social ainda não sabem o que significa.

Os outros dois caixotes não trazem endereço, não sabendo o delegado se tinham o mesmo destino do que o que está marcado.

Só com os entendimentos que se processarão, a partir de hoje, inclusive com o documento que o advogado da editora prometeu apresentar, é que se saberá o real destino que as cartilhas tomariam e quem as encomendou à Editora Americana.

**PRIMEIRA LIÇÃO**  
Nas lições encontradas na cartilha «Viver é Lutar», Pedro é um personagem dos mais citados, como por exemplo: «Pedro trabalha, mas sua família vive com fome; o povo trabalha e vive com fome; é justo que a família de Pedro passe fome?». A primeira lição, como todas as outras destinadas a alunos do 2.º ano primário, é a seguinte: «Eu vivo e luto. Pedro vive e luta. O Povo — escrito sempre com letra maiúscula — vive a luta. Eu, Pedro e o Povo vivemos. Eu, Pedro e o Povo lutamos. Lutamos para viver. Viver é lutar».

Fonte: Jornal Diário do Paraná de 22 de fevereiro de 1964. p.04.

Conforme Alves (2016, p. 134), a cartilha “Viver é Lutar” já estava sendo utilizada no início de 1964, quando o governador Lacerda deu ordem para que as mesmas fossem recolhidas em algumas escolas radiofônicas.

Naquele contexto de instabilidade política em que as atividades do MEB foram de alguma maneira impactadas pelo regime ditatorial, a reestruturação proposta pelos conservadores católicos se colocou como a alternativa possível para que o MEB pudesse continuar a desenvolver seu trabalho de educação de base, realizada por meio de acordos que resultariam em processos de acomodação à ditadura. (ALVES, 2016, p.135).

De acordo com Alves (2016), alguns dirigentes leigos ligados às coordenações nacional e estadual e considerados mais radicais no catolicismo que haviam se vinculado ao movimento desde a sua origem, foram afastados a fim de, promover a reestruturação do MEB.

Diante desse cenário de censura e perseguição, a Sociedade Brasileira de Defesa a

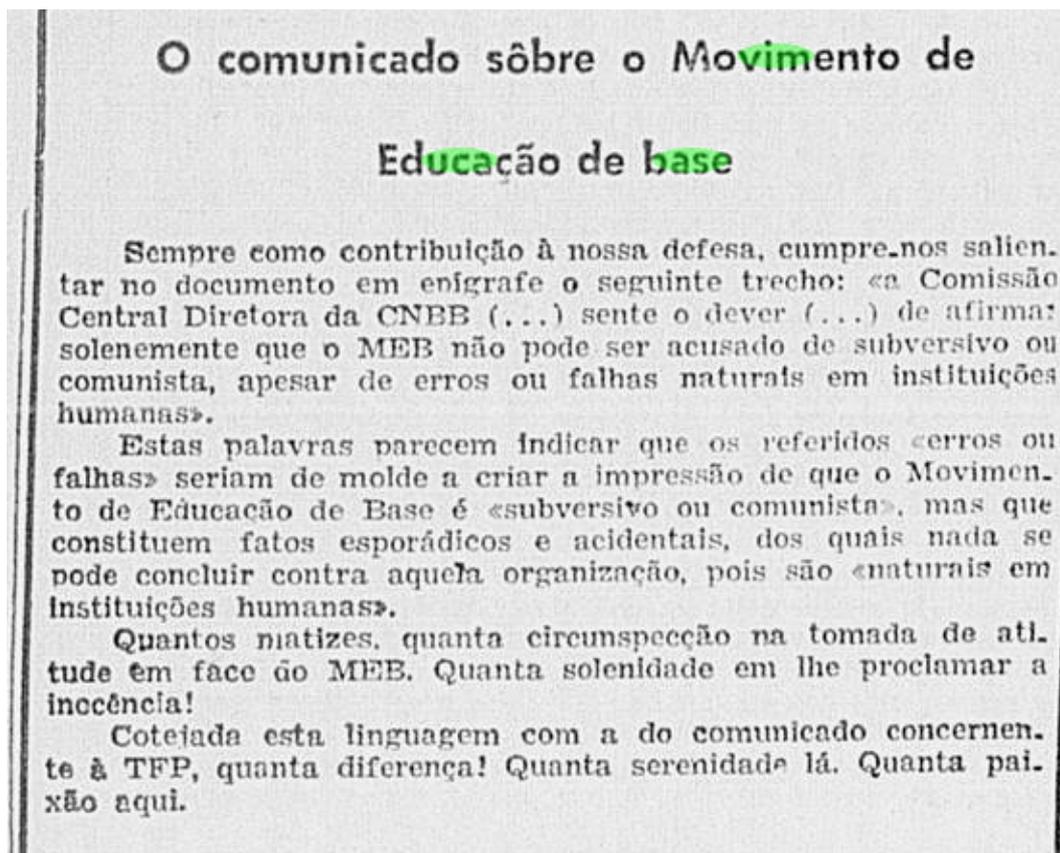
Tradição, a Família e a Propriedade (TFP)<sup>17</sup> se posiciona contrária a CNBB. De acordo com Bett (2015), após 1964 era como se um dispositivo anti comunista tivesse sido acionado. Neste sentido, a TFP organiza um abaixo assinado que seria enviado ao Presidente da República, Marechal Castelo Branco, ao Senado, a Câmara Federal e ao Episcopado Nacional. O interesse da TFP era atingir os Poderes Cívicos e Eclesiásticos em defesa da família brasileira, isso porque de acordo com Bett (2015), estava em trâmite no Congresso Nacional o projeto de um novo Código Civil, em que uma das questões tratadas era a regulamentação do divórcio. A CNBB se posicionou favorável a essa regulamentação, pois entendia que deveria atender aos anseios da população, no entanto, para a TFP a população carecia de incentivos para a preservação da família brasileira.

A partir desses posicionamentos contrários, surge então de acordo com Bett (2015), um conflito aberto entre o Grupo da TFP e a CNBB. Neste contexto, o dispositivo anti comunista é acionado contra a mais alta entidade do catolicismo nacional. A campanha antidivorcista acaba sendo relacionada ao comunismo e a CNBB passa a sofrer perseguições que atingiram o MEB, fazendo com que houvesse um posicionamento público por parte da CNBB em relação ao MEB em resposta a TFP.

**Fotografia 8: Posicionamento público por parte da CNBB em relação ao MEB em resposta a TFP**

---

<sup>17</sup>“Entidade cívica, cultural e filantrópica, de inspiração católica, fundada por Plínio Corrêa de Oliveira em 1960, com objetivo de levar adiante a defesa dos ideais propostos por seu fundador, a serviço da civilização cristã.” Disponível em <<http://www.tfp.org.br/>>



Fonte: Jornal Diário do Paraná de 26 de julho de 1966. p. 6.

A CNBB procurou em seu posicionamento, expor sua insatisfação com a TFP e desfazer a ideia de que o movimento era subversivo e comunista. Além disso, de acordo com Alves (2016), o MEB foi afetado diretamente com as perseguições, onde foram afastados do movimento os militantes que desenvolviam trabalho de base com a população, neste caso, muitos monitores foram perseguidos pelo regime militar por estarem ligados a sindicatos rurais enquanto faziam parte da educação de base.

Portanto, percebe-se que os materiais produzidos e enviados para as escolas, deixam de trabalhar o tema da conscientização e mudança da vida no campo, passando a trabalhar a educação popular no contexto da integração cultural dos indivíduos. Um dos exemplos é a cartilha *Mutirão* que será analisada a seguir, a qual passou a ser utilizada a partir de 1965.

#### 4.3. Análise da cartilha *Mutirão* de 1965.

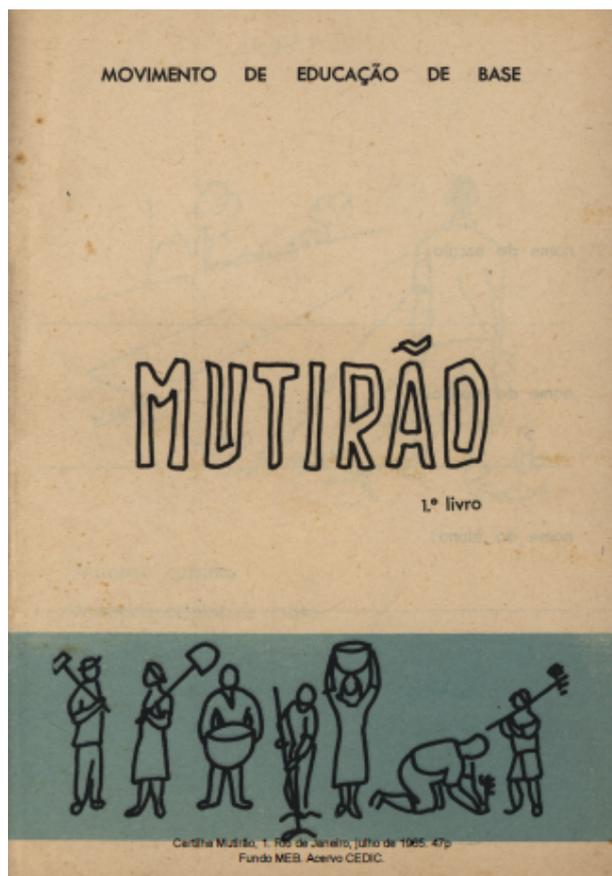
Após a censura da cartilha “Viver é Lutar” em 1964, o MEB produziu um novo material didático, o qual será analisado a seguir. Com a análise deste novo material, a cartilha “Mutirão” produzida em 1965, acessada através do Centro de Documentação e Informação Científica<sup>18</sup>, busca-se compreender quais foram as alterações e adequações do MEB para se manter ativo após o golpe de 64.

A Cartilha “Mutirão” de 1965, é criada para substituir a Cartilha “Viver é Lutar” de 1963, a qual foi censurada pelo Regime Militar em 1964. Composta por 47 páginas, envolvendo textos, exercícios e desenhos, essa cartilha apresenta um posicionamento de cooperação e união entre os camponeses, evitando questionamentos. Os textos apresentados, passam a ser menores que os textos que seriam trabalhados com a cartilha de 1964, ao mesmo tempo, acabam perdendo o viés crítico, não apresentando perguntas ou afirmações que proporcionam debates. Os desenhos da Cartilha “Mutirão”, são apenas ilustrativos, não permitindo a problematização. O trabalhador rural e o trabalho exercido por ele, são romantizados no decorrer da cartilha, ocultando as adversidades da comunidade.

#### **Fotografia 9: Capa da Cartilha “Mutirão”**

---

<sup>18</sup><http://www.pucsp.br/cedic/>



Fonte: **Cartilha Mutirão**, 1. Rio de Janeiro, julho de 1965. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Conforme mencionado, a metodologia utilizada pelo MEB é baseada na educação de jovens e adultos de Paulo Freire, seguindo a Cartilha, percebe-se que havia a leitura e a problematização dos textos apresentados e em seguida eram realizadas algumas atividades relacionadas a essas leituras. As palavras utilizadas para a elaboração das atividades são provenientes da linguagem utilizada por esses camponeses no seu cotidiano. As palavras são separadas em sílabas e a partir das sílabas, novas palavras são criadas. A ideia era partir de um diálogo inicial com relação ao contexto desses jovens, para que ocorresse uma identificação com o processo de alfabetização. Abaixo, alguns trechos retirados da Cartilha “Mutirão” de 1965.

Tôda gente tem direito,  
 porque por Deus foi criado;  
 de ter posse e uso da terra  
 para fazer seu roçado.

Se todos pensarem juntos,  
um jeito pode ser dado.  
Todo povo que se ajuda  
vive unido e melhorado.

Usando só a enxada,  
sem trator e sem arado,  
a safra é muito pequena,  
o rendimento é minguado.  
Mas quando a comunidade  
forma um povo organizado,  
a coisa vai indo e muda.  
Todo povo que se ajuda  
vive unido e melhorado (**Cartilha Mutirão**, 1965. p.24).

No que se refere a esse texto da Cartilha citado acima, se percebe que ele é um pouco mais extenso que os demais textos que serão citados mais adiante. No decorrer desse texto é possível verificar a relação feita entre o trabalho rural e a coletividade, ou seja, insinua-se que quanto maior for a união desses camponeses, maior será o rendimento, no entanto, não se menciona em recompensa pelo trabalho, neste caso, o viés freiriano acaba sendo distorcido. Além disso, também há o uso de frase envolvendo Deus logo no início, o que determina a presença da Igreja no processo de alfabetização, era necessário proporcionar uma ligação entre o trabalho e a religião, através disso, promover a alfabetização.

Todos têm o dever de ajudar ao próximo.  
Meu próximo é meu irmão.  
Ser irmão é ajudar sem esperar recompensa.  
No mutirão todos se ajudam.  
Todos trabalham como irmãos. (**Cartilha Mutirão**, 1965. p.31)

Neste segundo trecho, se percebe novamente o incentivo do trabalho coletivo, como se tudo dependesse da união e ao mesmo tempo as frases “Meu próximo é meu irmão” e “Ser

irmão é ajudar sem esperar recompensa”, nos remete a frases religiosas que ao mesmo tempo em que podem ser vistas de modo crítico também podem ser compreendidas como conformidades. No entanto, para que se possua um viés crítico seria necessária uma discussão acerca do assunto, o que aparentemente, não ocorria enquanto se utilizava essa cartilha.

Todos são filhos de Deus

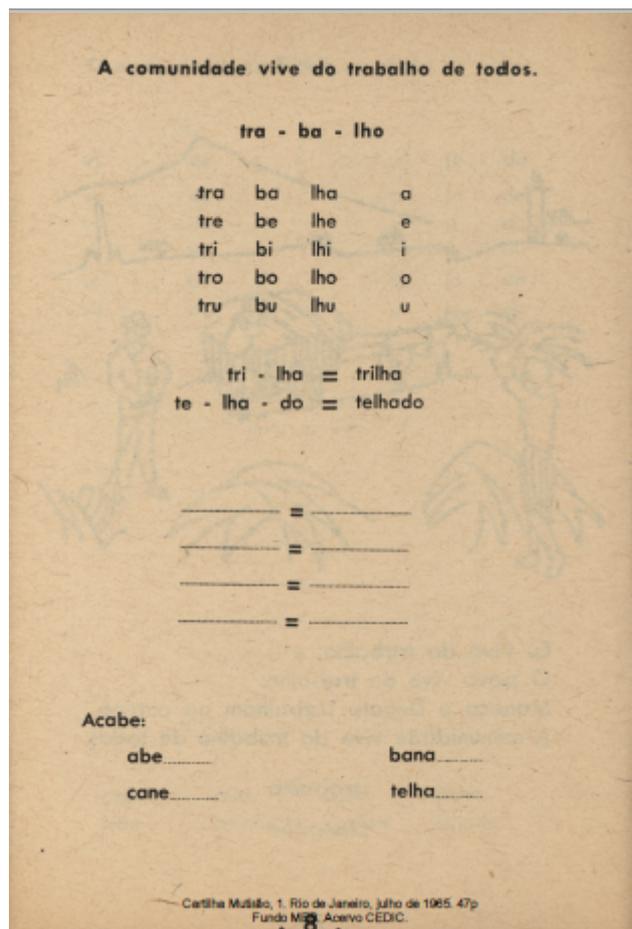
Todos têm o direito de viver bem.

Todos têm o dever de reclamar contra a injustiça.

Reclamar pela justiça é clamar pela verdade. (**Cartilha Mutirão**, 1965. p.33)

Apesar de não haver perguntas no decorrer dos textos, algumas frases indicavam a preocupação em debater sobre as injustiças, como é o caso do texto acima. No entanto, isso não acontecia no decorrer das atividades, as quais eram apenas de interpretação e não havia problematização de questões sociais.

**Fotografia 10: Atividades propostas na Cartilha “Mutirão”.**



Fonte: Cartilha Mutirão, 1. Rio de Janeiro, julho de 1965, p. 8.

Desta forma, percebe-se que a substituição de uma cartilha com viés crítico para uma cartilha romantizada e com exercícios sem problematizações diretas, foi uma das mudanças ocorridas para atender as aulas radiofônicas. Além das adaptações feitas através das falas de professores e monitores, ocorreu também a adaptação ao material didático. Sendo esta, a forma que o MEB encontrou para não se extinguir durante o Regime Militar. No entanto, houve resistência por parte do MEB em não ceder totalmente suas manifestações críticas, através da animação popular que conforme citado anteriormente, eram encontros disfarçados de batizados, catequeses, entre outros, a fim de, promover debates e discussões acerca do contexto em que a população do campo se encontrava.

Portanto, tendo em vista a análise da cartilha “*Mutirão*”, percebe-se uma relação entre a educação e o modelo econômico, ou seja, é apresentado neste material didático, textos e atividades relacionadas com os princípios do capital humano. Entende-se através disso que o objetivo era atender as necessidades do capital, a partir de uma formação básica e técnica, a qual não desenvolvia a crítica social entre os alunos. Através da cartilha Mutirão, procurou-se

atender aos interesses do período correspondente a Ditadura Civil Militar no Brasil para que o MEB não fosse totalmente censurado. Apesar do controle no material didático, o MEB resistiu e através de seus encontros disfarçados de eventos religiosos, conseguiu promover discussões e debates acerca das condições de trabalho da população rural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O uso do rádio sempre esteve ligado ao objetivo de comunicar a população e também de propor o entretenimento através da música. No Brasil, as atividades radiofônicas iniciam na década de 20, através da fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Durante os primeiros anos de funcionamento do rádio no país, a Rádio Sociedade possuía em parte de sua programação, além do tradicional noticiário, alguns momentos destinados ao estudo como de literatura, por exemplo. Percebe-se no decorrer das análises que as programações radiofônicas sofreram no decorrer da história fortes influências políticas. As principais influências ocorreram durante períodos de instabilidade tanto política quanto econômica no país, e estão associadas a duas Ditaduras que marcaram a história do Brasil.

O primeiro caso refere-se ao período correspondente ao governo de Getúlio Vargas, quando o rádio foi controlado para manipular informações e divulgar propagandas positivas sobre o governo. Neste período foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual era o meio de controle de informações divulgadas pela imprensa.

O segundo caso refere-se a década de 60, período corresponde a pesquisa realizada. Devido ao golpe civil militar de 1964, o qual instaurou no ano seguinte uma ditadura, o rádio passou novamente a sofrer censuras e o controle por parte do governo que estava composto por civis e militares. Neste período cria-se o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), o qual ficou responsável em monitorar as programações radiofônicas. Esse fator foi determinante no andamento das aulas radiofônicas conforme será apresentado no decorrer desta conclusão.

Conforme mencionado, em seus primeiros anos de funcionamento do Brasil, o rádio além de servir como principal meio de comunicação também apresentou programas relacionados à educação, ainda de forma superficial e com limitações de tempo e recursos. No entanto, na década de 50 começam a surgir novas possibilidades de trabalhar o ensino através do rádio. O antropólogo e professor Edgar Roquette Pinto, é o primeiro a testar a ideia de ensino à distância. A ideia inicial do professor era romper com o modelo tradicional de ensino que seguia desde o século XVIII e erradicar o analfabetismo da população, que naquele período possuía um número elevado na estatística. Porém, por falta de recursos e devido às influências políticas, sua tentativa acabou não evoluindo, pois o interesse político e econômico ocuparam espaço mais uma vez na programação.

No entanto, a tentativa de inserir o ensino na programação radiofônica não foi descartada na História. Na década seguinte, surge o Movimento de Educação de Base (MEB), o qual procurou resgatar as ideias de Roquette Pinto. O MEB foi criado pela CNBB, com objetivo em desenvolver um programa de educação de base através de escolas radiofônicas

nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, sendo expandido mais tarde para as outras regiões. O MEB foi apoiado pelos órgãos federais e estaduais, sendo financiado e a ele concedido os funcionários para atuação no movimento.

O envolvimento da Igreja Católica com a educação de base ocorre devido a sua preocupação em atender uma população que estava afastada dos recursos disponibilizados nos centros urbanos, revendo assim os seus posicionamentos com o compromisso social. Além de perceber o desenvolvimento de movimentos sociais vinculados à esquerda, temeu por uma aproximação destes com a população rural, a qual estava em um momento de isolamento das questões políticas do momento. A preocupação da Igreja era de que esses movimentos atingissem o meio rural e influenciasse essa população com ideais comunistas.

Sendo assim a Igreja Católica investe em uma instrução popular à distância em que era possível atingir grande parte da população rural por meio da tecnologia radiodifusora, vindo a ocorrer a primeira experiência com esse modelo de educação no Rio Grande do Norte, com o Bispo D. Eugênio de Araújo Sales da Arquidiocese de Natal, como coordenador.

No município de Pato Branco, no estado do Paraná, as aulas seguiam com um rádio, cadernos, lápis, giz e um quadro improvisado, sendo ministrada por monitores voluntários, inicialmente em casa de família e posteriormente uma pequena estrutura escolar, a qual mais tarde foi denominada Escola Carmela Bortot.

Assuntos como democracia, participação política, direito ao voto eram geradores das questões que englobam educação de base por meio das aulas radiofônicas, havia uma necessidade em desenvolver a educação de jovens e adultos no campo. No entanto, no município de Pato Branco mais precisamente, as aulas eram destinadas para as crianças de ensino primário, filhas de camponeses. A metodologia utilizada pelo MEB era a nível nacional, mas cada escola e cada monitor organiza a aula a seu modo. Os monitores eram escolhidos pela comunidade, por indicação ou por candidatura e não eram remunerados, entendiam esse trabalho como benefício para a sociedade, sem receber algo em troca por isso e eram vistos como professores. No caso de Pato Branco, a maioria eram mulheres e todas possuíam alguma ligação com o magistério e além de exercer o controle pelo funcionamento do rádio, também ministravam aulas presenciais.

No entanto, mesmo com ações desenvolvidas no objetivo de ter uma relevância social de impacto e voltadas para a educação popular de jovens e adultos, a aceitabilidade dentro da Igreja Católica não foi unânime. Havia bases conservadoras ligadas a Teologia da Libertação e após 1964, com o golpe militar, a ação do MEB foi tida como uma ameaça à nova conjuntura política, por ter formação crítica e pelo movimento ter suas manifestações

consideradas comunistas, desta forma deveria ser combatida.

O Regime Militar teve como alvo principal os materiais didáticos, entre eles a cartilha “Viver é Lutar” de 1963, a qual foi censurada por ordem do governador Carlos Lacerda e mais tarde substituída pela cartilha “Mutirão”, onde se deixou de trabalhar o conteúdo de modo crítico, passando a romantizar o trabalho no campo e incentivar o trabalho coletivo sem recompensa. Neste período, houve registro de perseguição de monitores, escolas foram fechadas por não se adequarem ao novo sistema e então deixaram de receber recursos do governo, além disso, devido à coação, o MEB passa por uma modificação em seu trabalho para que não fosse totalmente extinguido.

No entanto, houve resistência e enfrentamento, por parte dos representantes do MEB frente às ameaças. A *animação popular* foi um dos exemplos citados, que para manter discussões críticas, eram realizados encontros entre monitores e alunos com justificativas de que eram encontros religiosos, entre outros motivos usados como desculpas para que não fossem proibidos.

De acordo com Bocchese & Bodanese (2015), a última aula radiofônica aconteceu no dia 15 de maio de 1987. Isso provocou na Paróquia de Pato Branco uma perda na evangelização. As aulas tiveram duração por 17 anos no município, sendo extintas por Márcio Martins<sup>19</sup>, de Goiás, o qual acreditou que seria viável a suspensão dessas aulas. No entanto, Bocchese & Bodanese (2015), afirma que Márcio Martins, não possuía conhecimento do desenvolvimento do projeto em Pato Branco, o qual atendeu de 15 a 20 mil alunos na região.

Com base nessas informações e análises aqui expostas, é possível afirmar que o MEB teve seus anos iniciais de grande sucesso, pois entre 1960 e 1963 conseguiu exercer seu trabalho, expandindo suas ideias para outras as regiões do país, além do Norte. Além disso, apesar de ter feito redefinições em seus princípios após 1964, não foi extinto e foi um movimento que teve continuidade, mesmo submetido a mudar suas concepções, atualmente ainda promove ações.

Nesse sentido, ao analisar o período de instabilidade política, econômica e social correspondendo aos anos iniciais da década de 1960, é possível refletir como os direitos previstos em lei nem sempre eram cupridos. O MEB como meio que garantia do direito à educação de base se posicionou favorável a luta pela reforma agrária, sofreu perseguições e censuras por ser associado ao comunismo e considerado subversivo. É possível perceber a partir destas análises, como ocorre a luta por políticas sociais para as camadas populares, em defesa do avanço para uma educação democrática.

---

<sup>19</sup>Não foi possível encontrar informações sobre a formação e atuação de Márcio Martins.

No caso deste trabalho, percebe-se que o rádio foi o meio utilizado para o acesso à educação do campo. No entanto, o rádio pode auxiliar as aulas como ferramenta pedagógica contribuindo no processo de ensino-aprendizagem, mas apenas o rádio não é possível devido às suas limitações. Se o objetivo para o ensino é oferecer uma educação crítica, fazendo com que os alunos se reconheçam como sujeitos históricos, é necessário um indivíduo preparado para intermediar a comunicação entre o rádio e o ouvinte. Apesar de o rádio ter sido utilizado pelo MEB como um meio capaz de oferecer a educação para uma população marginalizada a fim de, proporcionar a luta por seus direitos no campo, era necessário um monitor em sala e no caso de Pato Branco, eram professores formados em magistério que atuavam em sala.

Sendo assim, percebe-se que as contribuições de uma ferramenta utilizada para auxiliar no processo ensino-aprendizagem, podem ser variadas dependendo de quem será o responsável em intermediar o contato entre a ferramenta e o aluno. Desta forma, o conteúdo escolhido para se trabalhar em sala, pode ser aplicado de diferentes maneiras utilizando-se uma única ferramenta.

## **FONTES**

ACERVO PESSOAL DE SETEMBRINA ZUCCHI NUNES. Pato Branco, 2017.  
ACERVO RÁDIO EDUCATIVA DO PARANÁ. Curitiba, 2017. Disponível em  
<<http://www.e-parana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=87>>. Acesso em

19 de setembro de 2017.

ACERVO RÁDIO CELINAUTA, Pato Branco. 2017.

**Cartilha Multirã**, 1. Rio de Janeiro, julho de 1965. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-7-cartilha-multirao-1.pdf>. Acesso em 19 de abr. 2018.

**Cartilha Viver é Lutar**: 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro, outubro de 1963.

Fundo MEB. Acervo CEDIC. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>. Acesso em 15 de jan. 2018.

COSTA, João Ribas. **Escolas Radiofônicas para Educação Popular**: Por que, onde, por quem, quando e como devem ser organizadas no Brasil. Rio de Janeiro: SIRENA, 1958.

**JORNAL DO PARANÁ: Órgão dos Diários dos Associados**. Curitiba, 22 Fev. 1964.

**JORNAL DO PARANÁ: Órgão dos Diários dos Associados**. Curitiba 05 Jun 1966.

**JORNAL DO PARANÁ: Órgão dos Diários dos Associados**. Curitiba 26 Jul 1966.

**JORNAL DO PARANÁ: Órgão dos Diários dos Associados**. Curitiba 29 Dez 1966.

**JORNAL DO PARANÁ: Órgão dos Diários dos Associados**. Curitiba 2 Abr 1969.

**JORNAL DO PARANÁ: Órgão dos Diários dos Associados**. Curitiba 24 Nov 1974.

**JORNAL DO PARANÁ: Órgão dos Diários dos Associados**. Curitiba 11 Mar 1975.

#### Sites visitados

<http://www.e-parana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=87>

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>

[http://www.pucsp.br/cedic/fundos/acao\\_catolica\\_brasileira.html](http://www.pucsp.br/cedic/fundos/acao_catolica_brasileira.html)

<http://cnbb.net.br/>

<http://www.meb.org.br>

<https://acaosocialfranciscanadobrasil.wordpress.com>

<http://www.pucsp.br/cedic/>

[http://www.oradiodoparana.com.br/crbst\\_67.html](http://www.oradiodoparana.com.br/crbst_67.html)

<http://www.gazetadopovo.com.br>

<http://www.tfp.org.br>

#### REFERÊNCIAS

ALVES, Kelly Ludkiewicz. **Entre cartas e o rádio**: a alfabetização nas escolas radiofônicas do MEB em Pernambuco. 2016. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de História da Educação,

- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <[https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19363/2/Kelly\\_Ludkiewicz\\_Alves.pdf](https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19363/2/Kelly_Ludkiewicz_Alves.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2017.
- ARGÔLO, Idália Maria Tibiriçá; MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Análise da aula radiofônica de estudos sociais para supletivo através do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB. **Histedbr**, Campinas, v. 10, p.1-25, set. 2011. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/\\_files/NLjVjvL.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/NLjVjvL.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2017.
- BARBOSA, Gabriel Collares. **Rádio Informativo no período da ditadura militar de 64: Características do veículo, desafios e reposicionamento**. In: HISTÓRIA DA MÍDIA SONORA, 0., 2014. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 1 - 12. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/gt-4-2013-historia-da-midia-sonora/radio-informativo-no-periodo-da-ditadura-militar-de-64-caracteristicas-do-veiculo-desafios-e-reposicionamento/at\\_download/file](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/gt-4-2013-historia-da-midia-sonora/radio-informativo-no-periodo-da-ditadura-militar-de-64-caracteristicas-do-veiculo-desafios-e-reposicionamento/at_download/file)>. Acesso em: 14 out. 2017.
- BAUMWORCEL, Ana. **As escolas radiofônicas do MEB**. In: VI Congresso de História da Mídia, 2008, Niterói. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/As escolas radiofonicas do MEB.pdf](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/As%20escolas%20radiofonicas%20do%20MEB.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2017.
- BETT, Ianko. **Catolicismo e cruzada: Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960 – 1967)**. 2015. 409 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7279>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BOCCHESE, Neri França Fornari; BODANESE, Elizabeth Maria Chemin. **Presença Franciscana em Terras Brasileiras**. Pato Branco: Imprepel, 2015.
- BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- BRASIL. **Resolução nº 8/71, de 1º de dezembro de 1971**, do CFE Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v25n1-2/0034-7167-reben-25-02-0176.pdf>> . Acesso em: 27 mai. 2018.
- CALLAI, Helena; MORAES, Maristela Maria de (Org.). **Pesquisa, Educação e Cidadania: Percursos Teóricos e Metodológicos**. Ijuí: Unijuí, 2016.
- CAVALCANTE, Maurina Holanda. **Disputa de poder Ligas Camponesas X Igreja Católica**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0441.pdf>>. Acesso em 26 abr. 2018.
- CRUZ, Adriano Charles; FONSECA, Aidil Brites Guimarães. **O rádio na educação do homem do campo nos anos 1960: memória afetiva dos participantes do MEB no Rio Grande do Norte**. In: VII Encontro Nacional de História da Mídia. Fortaleza: Ufrgs, 2009. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1>>. Acesso em 15 mai. 2017.
- CRUZ, Adriano Charles da Silva; FONSECA, Aidil Brites Guimarães. **Uma onda de educação: o rádio no MEB**. In IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da região Nordeste. Salvador, 2007. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/aidil\\_uma\\_onda\\_radio\\_meb.pdf](http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/aidil_uma_onda_radio_meb.pdf)> Acesso em: 28 abr. 2018.
- FARIAS, Sara Oliveira. **MEB - Igreja - Sindicatos rurais: As histórias do MEB na diocese**

- de Amargosa - Bahia. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. 2013, Natal: Anpuh, 2013. p. 1 - 12. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364056056\\_ARQUIVO\\_MEB-IGREJA-SINDICATOSRURAI.SAHISTORIASDOMEBNADIOCESEDEAMARGOSA-BAHIA\\_1970-1980\\_.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364056056_ARQUIVO_MEB-IGREJA-SINDICATOSRURAI.SAHISTORIASDOMEBNADIOCESEDEAMARGOSA-BAHIA_1970-1980_.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- FARIAS, Sara Oliveira. **Movimento de Educação de Base (1961-1966):** algumas histórias, muitas lutas. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão, v. 26, p.29-58, jan. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/viewFile/6139/5142>>. Acesso em: 19 nov. 2017.
- FARIAS, Sara Oliveira. **Povo esclarecido pode mudar a vida:** O Movimento de Educação de Base na Bahia(1961-1966). In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, Porto Alegre: UFRS, 2016. p. 2 - 15. Disponível em: <[http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461955590\\_ARQUIVO\\_ARTIGOABHO-POVOESCLARECIDOPODEMUDARAVIDA.pdf](http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461955590_ARQUIVO_ARTIGOABHO-POVOESCLARECIDOPODEMUDARAVIDA.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2017.
- FÁVERO, Osmar. **Cultura Popular e Educação Popular:** memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FÁVERO, Osmar. MEB – Movimento de Educação de Base, primeiros tempos: 1961-1966. In: **V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação.** Évora: Fórum Eja, 2004. p. 1 - 15. Disponível em: <[http://www.forumeja.org.br/files/meb\\_historico.pdf](http://www.forumeja.org.br/files/meb_historico.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2017.
- FERREIRA, Amarílio Junior ; BITTAR, Marisa . Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. Cadernos do CEDES (UNICAMP), v. 28, p. 333-355, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876>>. Acesso em 10 de out. 2017.
- FLACH, Simone de Fátima. Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: Entre previsão legal e a realidade. **Histedbr**, Campinas, v. 43, n. 20, p.285-303, set. 2011. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43/art20\\_43.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43/art20_43.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2017.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Gali. Documento e História: A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 9-28.
- KENSKI, Vani Moreira. O desafio da educação a distância no Brasil. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, p.1-13, fev. 2010. Disponível em: <[www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/011.pdf](http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/011.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 29-60.
- MACHADO, André Roberto de Arruda. Entre o nacional e o regional: Uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino da História. **Anos 90: Revista do Programa de pós graduação em História**, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p.293-319, jul. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/61317/44016>>. Acesso em: 03 nov. 2017.
- MANCUSO, Vinicius de Moura. **O uso do rádio no processo de ensino-aprendizagem.** 2012. 49 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Mídias na Educação, Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/103004/000922163.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- MIOTTO, Cirene Vanzella. **Radio Celinauta 50 anos.** Ondas que unem o Sudoeste do

Paraná. Pato Branco: Imprepel, 2004.

NOVAES, Marilda Aparecida Reis. **Educação Profissional e Ensino Médio: Separação versus integração**. 2010. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010. Disponível em:

<<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/MARILDA APARECIDA DOS REIS.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PEREIRA, Wander. A Educação no Estado Militar (1964-1985). In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2006, Uberlândia. Percursos e desafios da pesquisa e do ensino da história da educação. Uberlândia, 2006. v. 01. Disponível

em:<[http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/176AnaBorgesPaulino\\_e\\_WanderPe reira.pdf](http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/176AnaBorgesPaulino_e_WanderPe reira.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2017.

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. **Enraizamento de Esperança: As bases teóricas do Movimento de Educação de Base em Goiás**. 2008. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em:

<[https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1077/1/Tese\\_Maria\\_E\\_C\\_Rodrigues 2008.pdf](https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1077/1/Tese_Maria_E_C_Rodrigues 2008.pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2018.

RODRIGUES, Edivânia Duarte. **Estratégias argumentativas na construção do discurso ideológico: um estudo da produção didático-pedagógica do MEB**. 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em:

<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16156>> Acesso em: 05 abr 2018.

RODRIGUES, Maria Emília de Castro; SCHVEEIDT, Maribel; FERREIRA, Maria Soares. **Animação Popular no Movimento de Educação de Base em Goiás (MEB-GO): Na contramão da censura, a Educação Libertadora**. In Anais do III Congresso Internacional de História da UFG: História e diversidade cultural. Jataí, 2012. Disponível em:

<[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2012/Link%20\(2\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2012/Link%20(2).pdf)> Acesso em: 28 abr. 2018.

SÁ, Bruno Vivas de; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A influência da Igreja Católica na educação brasileira: da companhia de Jesus ao ensino superior**. UFBA: Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=3241>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel, VALE Antônio Marques do. **Brasil, 1930 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.22, p.131 –149, jun. 2006

SAVIANI, Dermeval. **História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa**. In: LOMBARDI, J.C., SAVIANI, D. e NASCIMENTO, M.I.M. (Orgs.), A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campinas, Autores Associados, 2005, p. 1-29.

SAVIANI, Dermeval. **História do tempo e tempo da História**. Estudos de Historiografia e História da Educação. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Educação e Sociedade**. v. 28, n. 76. Set/dez 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>>. Acesso em 20 de out. 2017.

SILVA, Maria Miráire Pereira et al. **A Escola Radiofônica: Do surgimento ao declínio da experiência educativa do MEB**. In: V Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas, 2014, Pau dos Ferros - RN. Anais da V Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas. Campina Grande - PB: Realize, 2014. v. 1. p. 1-9. Disponível em:

<[http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade\\_1datahora\\_30\\_09\\_2014\\_23\\_10\\_43\\_idinscrito\\_903\\_59af7094c5d47b5c5d62cbd2bdf61782.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_1datahora_30_09_2014_23_10_43_idinscrito_903_59af7094c5d47b5c5d62cbd2bdf61782.pdf)>. Acesso em: 10 de ago. 2017.

SOUZA, Iara Soldi de; SOUZA, Carlos Alberto de. **O poder do rádio na era da educação a**

**distância.** São Paulo: Abed, 2007. 11 p. Disponível em:  
<<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/53200713528PM.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2018.  
STURZA, Mairi Bonometti (coord) et al. **Escola Estadual Carmela Bortot: 50 anos de história.** Pato Branco: Gráfica Xingu, 2008.